



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

FICHA TÉCNICA

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Data de edição:

Agosto de 2022

Título da Publicação:

Relatório de Atividades de 2021

Direção:

Diretora-Geral – Dra. Maria João Araújo

Subdiretores-Gerais – Dra. Maria de Lurdes Castro, Arq. Miguel Marques Santos e Dr. Luís Miguel Silva Ribeiro

Coordenação:

Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação

ÍNDICE

Glossário de Abreviaturas	5
Capítulo I ENQUADRAMENTO	8
1.1 Análise do Contexto	9
1.2 Moldura Institucional	10
1.2.1 Missão, Visão e Valores.....	10
1.2.2 Atribuições	11
1.2.3 Princípios Orientadores da Atividade da DGTF	12
1.2.4 Estrutura Orgânica	13
Capítulo II AUTOAVALIAÇÃO	15
2.1 Avaliação do cumprimento dos objetivos.....	16
2.1.1. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	16
2.1.2 Objetivos Estratégicos e Operacionais.....	21
2.1.2. Análise dos resultados e desvios verificados	38
2.1.3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)	42
Capítulo III RECURSOS ENVOLVIDOS.....	44
3.1 Afetação real e prevista dos recursos humanos e financeiros.....	45
3.1.1 Recursos Humanos.....	45
3.1.2 Recursos Financeiros.....	46
Capítulo IV AVALIAÇÃO FINAL.....	47
4.1 Avaliação Final.....	48
Anexos.....	49
ANEXO I - OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS.....	50
ANEXO II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	65
ANEXO III – BALANÇO SOCIAL	78

Índice dos Gráficos

Gráfico 1 - Resultados dos objetivos operacionais	38
Gráfico 2 - Taxa de realização obtida em cada um dos parâmetros do QUAR 2021	39
Gráfico 3 - Pontuação global obtida nos parâmetros da Eficácia, Eficiência e Qualidade.....	39
Gráfico 4 - Recursos humanos à data 31.12.2021.....	45
Gráfico 5 - Orçamento de Atividades.....	46

Índice dos Quadros

Quadro 1 - Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos	38
Quadro 2 - Recursos Humanos / Desvios.....	40
Quadro 3 - Índice de Produtividade	41
Quadro 4 - Índice de Custo-Eficácia	41
Quadro 5 - Afetação real e prevista dos Recursos humanos e financeiros	45
Quadro 6 - Orçamento Executado em 2021	46

Glossário de Abreviaturas

DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DGR	Divisão de Gestão de Recursos
DSAF	Direção de Serviços de Apoios Financeiros
DSAVP	Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património
DSGFO	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental
DSGP	Direção de Serviços de Gestão Patrimonial
DSJC	Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação
DSPE	Direção de Serviços de Participações do Estado
DSRF	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras
EGSI	Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação
GACSE	Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado
GCE	Grupo de Créditos à Exportação
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
MF	Ministério das Finanças
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Oe	Objetivo Estratégico
OE	Orçamento do Estado
Oo	Objetivo Operacional
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RH	Recursos Humanos
SCI	Sistema de Controlo Interno
SEE	Setor Empresarial do Estado



SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
TC	Tribunal de Contas
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado
UTE	Unidade de Tesouraria do Estado

Nota Introdutória

O presente Relatório de Atividades foi elaborado em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, no artigo 15º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º, todos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, evidenciando a atividade desenvolvida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) durante o ano de 2021 e os resultados alcançados, através da identificação dos meios e dos recursos disponíveis para o efeito.

Nos termos da citada Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o presente Relatório reflete o Plano de Atividades e Orçamento da DGTf para 2021 e espelha os resultados alcançados em 2021 no âmbito do respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sendo este um relevante instrumento de gestão estratégica que, para além de servir de apoio ao planeamento, controlo e avaliação, serve também de guia de orientação para uma permanente procura da melhoria contínua dos procedimentos e da qualidade do serviço público prestado.

O presente Relatório, que encerra o ciclo de gestão de 2021, constitui um meio privilegiado de divulgação dos resultados alcançados ao longo do referido ciclo, que contou com a participação e os contributos de todas as unidades orgânicas e da estrutura multidisciplinar que integram a DGTf, tendo sido elaborado de acordo com as linhas de orientação gerais estabelecidas pelo Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços – Rede do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARl) – Documento Técnico n.º 1/2010.

As políticas definidas no Programa do XXII Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano para 2021-2023 (GOP), em particular, na Lei do Orçamento do Estado para 2021 (Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro), e no Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), também serviram de base à atuação da DGTf, enquanto serviço central da administração direta do Estado. De salientar que 2021 foi um ano que continuou a ser fortemente marcado pela situação epidemiológica provocada pela COVID-19, o que, à semelhança do ano anterior, condicionou e limitou a atividade planeada e projetada pela DGTf ser fortemente marcado pela situação epidemiológica provocada pela COVID-19, o que, à semelhança do ano anterior, condicionou e limitou a atividade planeada e projetada pela DGTf.

Capítulo I

ENQUADRAMENTO

1.1 Análise do Contexto

A atividade desenvolvida pela DGTF em 2021, alinhada com a missão e as atribuições que lhe estão cometidas no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, teve em conta o contexto global e o ambiente externo, que, no ano em causa, para além do esforço de consolidação orçamental imposta aos serviços e organismos da Administração Pública, se defrontou com as contingências decorrentes da pandemia por COVID-19.

Com efeito, à semelhança do que sucedeu em 2020, durante o ano de 2021, a atividade da DGTF e o cumprimento dos objetivos do QUAR foram mais uma vez condicionados pela exiguidade dos recursos humanos disponíveis, bem como pela preocupação em otimizar os processos internos e o desempenho desta Direção-Geral advindo da utilização de novos métodos de trabalho, como o teletrabalho, face ao contexto ainda presente da pandemia por COVID-19, sem prejuízo da continuação da aplicação de um conjunto de medidas indispensáveis à necessária contenção de custos, quer ao nível da Administração Central, quer ao nível do Setor Empresarial do Estado (SEE).

De referir ainda que, ao longo do ano e como habitualmente, o QUAR foi alvo de monitorização, procedimento que permitiu identificar desvios e vulnerabilidades, bem como desenvolver estratégias e ações destinadas à adoção de medidas corretivas com vista a uma melhoria progressiva dos resultados, de forma a evidenciar as respetivas potencialidades.

1.2 Moldura Institucional

1.2.1 Missão, Visão e Valores

A missão e atribuições da DGTF estão definidas no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho.

Missão



- A DGTF tem por missão assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público.



Visão

- No que concerne à sua visão, a DGTF pretende ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados, criando valor na gestão de ativos do Estado.

Para realizar a sua missão, a DGTF tem por referência os seguintes **valores**:

- **Rigor** = Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados standards de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- **Coesão** = Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados standards de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- **Parcerias** = Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados standards de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- **Responsabilidade** = Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados standards de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;
- **Transparência** = Atua de acordo com procedimentos, critérios e canais de divulgação de informação que assegurem uma prestação de contas clara e acessível.

1.2.2 Atribuições

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, a DGTF prossegue as seguintes atribuições:

- Concede subsídios, indemnizações compensatórias e bonificações de juros, nos termos previstos na lei;
- Administra a dívida pública acessória e assegura a condução do processo de concessão de garantias do Estado;
- Assegura a assunção e regularização de responsabilidades financeiras do Estado e de passivos de entidades ou organismos do sector público, nos termos previstos na lei;
- Adquire, arrenda, administra e aliena, direta ou indiretamente, os ativos patrimoniais do Estado;
- Administra os ativos financeiros do Estado, bem como acompanha a evolução dos mercados e serviços financeiros;
- Assegura o estudo, preparação e acompanhamento das matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado, nos planos interno e internacional;
- Promove a recuperação de créditos decorrentes das operações de intervenção financeira;
- Controla a emissão e circulação da moeda metálica;
- Dá apoio técnico à participação portuguesa nos assuntos relacionados com a União Económica e Monetária e assegura a representação técnica do Ministério das Finanças em organizações europeias e internacionais em matéria financeira, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica de outras entidades nesta matéria;
- Propõe os princípios orientadores da política de concessão de garantias pessoais pelo Estado às operações de crédito ou de seguro à exportação e ao investimento português no estrangeiro, incluindo o crédito de ajuda, bem como implementa esses mesmos princípios;
- Assegura a gestão financeira de patrimónios autónomos;
- Acompanha o relacionamento entre o sector empresarial do Estado e o sector financeiro.

1.2.3 Princípios Orientadores da Atividade da DGTF

No desenvolvimento da sua atividade, a DGTF rege-se pelo conjunto de princípios gerais enquadradores da atuação da Administração Pública, especialmente os que emanam da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo, não descurando mecanismos regulamentares de atuação com terceiros e na relação destes com seus trabalhadores, como o sejam o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e o Código de Ética e Conduta da DGTF.

A DGTF pauta-se, igualmente, por um conjunto de princípios caracterizadores da atividade da Administração Pública moderna, como sejam, a aproximação da sua atividade aos seus stakeholders, a normalização dos processos e procedimentos, a qualificação dos recursos humanos e a promoção de uma cultura de gestão por objetivos, os quais constituem fatores críticos de sucesso das estratégias de atuação delineadas.

Ademais, a DGTF norteia a sua atuação pela necessidade de modernização estrutural e aumento da produtividade, desiderato fomentado através da promoção da gestão por objetivos, da renovação tecnológica, da simplificação de procedimentos, da desburocratização e da racionalização de meios e recursos, tendo sempre como referência os princípios e os objetivos inerentes à própria missão do MF, espelhada na respetiva Lei Orgânica, como sejam a gestão racional e a valorização dos recursos públicos, designadamente recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informacionais, a eficiência e equidade na sua obtenção e gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão.

Além disso, importa destacar o estrito cumprimento dos princípios inerentes à gestão dos ativos financeiros do Estado, enquanto função central desenvolvida pela DGTF, tendo em vista alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, conseqüentemente, proporcionar um reforço da eficácia e do rigor da atuação do Estado neste âmbito.

1.2.4 Estrutura Orgânica

A DGTF é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por três subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente.

No âmbito da organização interna dos serviços obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- O modelo de estrutura matricial, nas áreas de atividade relativas à atribuição prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei 156/2012, de 18 de julho;
- O modelo de estrutura hierarquizada, nas restantes áreas de atividade da DGTF.

A orgânica da DGTF consta do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, bem como da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que determina a respetiva estrutura nuclear, e também do Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro, e do Despacho n.º 9850/2014, de 31 de julho, que criam as unidades orgânicas flexíveis.

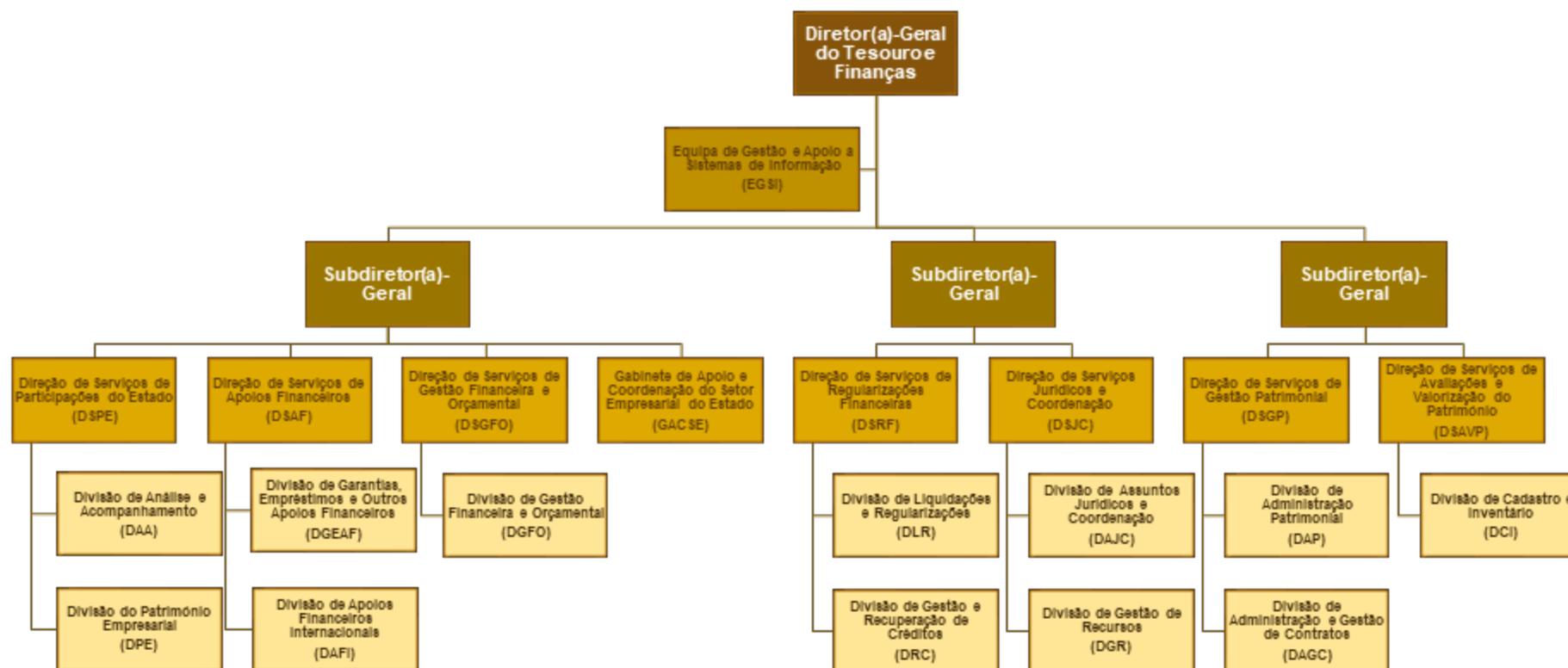
Importa realçar que, em 2019, através do Despacho n.º 4863/2019, de 2 de maio, procedeu-se à reorganização interna da Direção de Serviços de Apoios Financeiros, tendo sido criadas a Divisão de Garantias, Empréstimos e outros Apoios Financeiros (DGEAF) e a Divisão de Apoios Financeiros Internacionais (DAFI), tendo em 2020 sido constituída uma equipa multidisciplinar designada de “Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação”, abreviadamente designada de “EGSI”.

Nos termos do artigo 1.º da supra aludida Portaria n.º 229/2013, atualmente a estrutura nuclear da DGTF é a seguinte:

Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE)	Direção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF)	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO)
Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP)	Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património (DSAVP)	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF)
Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação (DSJC)	Gabinete de Apoio e Coordenação do Sector Empresarial do Estado (GACSE)	Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação (EGSI)



Nesta conformidade, esquematicamente, a estrutura orgânica da DGTF apresenta-se de acordo com o seguinte organograma:



Capítulo II

AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Avaliação do cumprimento dos objetivos

2.1.1. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

A autoavaliação da DGTF relativa ao ano de 2021 encontra-se patente no QUAR, enquanto expressão mais visível do seu desempenho no ano em referência, seguindo-se-lhe a identificação dos resultados alcançados ao nível dos objetivos das unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar, assumidos no Plano de Atividades, após o que são enunciados os demais elementos relevantes para autoavaliação, designadamente, à luz do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Como elemento principal ao nível dos instrumentos previsionais de gestão da DGTF encontra-se o QUAR, sujeito a avaliação permanente e atualizado a partir dos sistemas de informação do serviço e cujo grau de cumprimento dos respetivos objetivos estratégicos e operacionais se apresenta de seguida.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

MISSÃO: Assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função acionista do Estado e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público.

Objetivos Estratégicos

OE 1. Orientar a atividade da DGTF para a melhoria da gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado.

OE 2. Contribuir para o processo de consolidação das finanças públicas, nas áreas de intervenção da DGTF

OE 3. Promover a qualidade da informação gerida, produzida e difundida pela DGTF.

Objetivos Operacionais

EFICÁCIA										Ponderação:	35%
O1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público										Peso:	20%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.1 Valor das vendas (expresso em milhões de euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2021	13,95	15,70	1,50	6,00	1,00	10,38	50%	12,30	136%	Superou	
IND.2 Valor efetivo de rendas recebidas (expresso em milhões de euros)	2,10	2,20	2,20	2,00	0,20	2,50	50%	2,00	100%	Atingiu	
O2. Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado										Peso:	15%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.3 % de planos do serviço da dívida de empréstimos do Estado objeto de monitorização periódica do cumprimento das obrigações de pagamento [(N.º de planos de serviço da dívida comprovados após as datas de vencimento / N.º total de planos de serviço da dívida com prestações vencidas) x 100].	n.d.	70%	75%	80%	5%	100%	30%	82%	100%	Atingiu	
IND.4 N.º médio de dias decorridos, após incumprimento do beneficiário no pagamento da comissão de garantia, para formalizar novo pedido de cobrança	n.d.	n.d.	45,0	40,0	5,0	30,0	70%	36,0	100%	Atingiu	
O3. Garantir o acompanhamento das empresas públicas										Peso:	15%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.5 N.º médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (n.º de propostas de orientação/n.º de empresas públicas em liquidação no início do ano)	0,0	2,8	2,6	2,6	0,2	3,3	30%	2,6	100%	Atingiu	
IND.6 Prazo para a preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE [(n.º de dias decorridos após o encerramento do exercício do ano n-1)].	19	17	16	15	1	11	30%	8	147%	Superou	
IND.7 Número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento	n.d.	8	10	12	0	13	40%	13	125%	Superou	
O4. Promover a avaliação de imóveis para instalação de serviços do Estado										Peso:	10%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.8 % executada de avaliações de imóveis para instalação de serviços públicos [(n.º de avaliações realizadas / n.º de pedidos) * 100]	90%	95%	80%	70%	5%	95%	100%	88%	118%	Superou	

05. Assegurar o acompanhamento dos processos relacionados com a promoção da exportação e do investimento										Peso:	25%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.9 Grau de participação em reuniões internacionais agendadas relacionadas com o tema dos créditos à exportação [(n.º total de participações em reuniões/n.º total de reuniões agendadas)*100]	87%	86%	90%	95%	2%	100%	40%	100%	125%	Superou	
IND.10 Mandato com o BPF ao abrigo do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, assinado até ao final do 1.º semestre de 2021 [(n.º dias decorridos entre 1 janeiro de 2021 e a data de assinatura do mandato)]	n.d.	n.d.	n.d.	181	15	136	20%	95	148%	Superou	
IND.11 Grau de integração e cumprimento da discussão dos objectivos fixados para a presidência portuguesa do grupo do Conselho Europeu "Créditos à Exportação" [(Σ n.º de objetivos integrados e discutidos em agenda) / (n.º objetivos definidos*n.º de reuniões)]*100]	n.d.	n.d.	n.d.	67,0%	7,5%	100,0%	40%	100%	125%	Superou	
06. Assegurar a gestão e controle da carteira de créditos vencidos										Peso:	15%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.12 N.º de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação dos créditos)	199	61	50	40	10	199	100%	44	100%	Atingiu	
EFICIÊNCIA									Ponderação:	15%	
07. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTF										Peso:	50%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.13 Prazo médio em dias corridos de envio à tutela de proposta a remeter ao CFP quanto a informação relativa às garantias do Estado concedidas ao ano, stock da dívida garantida e execuções. (somatório dos dias, após o fim do trimestre a que a informação respeita, até à data do seu envio / n.º de reportes enviados).	n.d.	n.d.	30,0	27,0	5,0	20,3	50%	26,0	100%	Atingiu	
IND.14 Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE. (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / n.º de informações)	5,3	5,1	5,0	4,9	0,2	3,7	50%	4,6	107%	Superou	
08. Assegurar a monitorização dos dados registados no SIIE										Peso:	50%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.15 N.º médio de rotinas implementadas mensalmente, associadas à revisão e validação dos dados registados no SIIE, cf. regras definidas com grau de prioridade alta constantes no manual de procedimentos de validação SIIE (somatório do n.º de rotinas implementadas mensalmente /12).	4,0	6,0	6,0	6,0	2,0	6,0	100%	6,0	100%	Atingiu	
QUALIDADE									Ponderação:	50%	
09. Promover a conciliação da vida profissional, com a vida pessoal e familiar, cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021, e prevenir o absentismo.										Peso:	30%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.16 % de profissionais com parecer favorável a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º pareceres favoráveis/n.º total de pedidos)*100]	n.a.	100%	90%	95,0%	2,5%	100%	100%	100%	125%	Superou	
010. Melhorar a resposta de apoio técnico a stakeholders , cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021										Peso:	50%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.17 Grau de satisfação dos stakeholders internos e externos com o apoio técnico prestado (% de respostas alcançadas com menções de "Bom" e "Muito Bom")	n.d.	n.d.	70%	70%	0	80%	100%	78%	120%	Superou	
011. Contribuir para a modernização administrativa da Administração Pública, através do SIGPIP - Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público										Peso:	20%
INDICADORES	2018	2019	META 2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO a 31.12.2021	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND.18 Prazo, em dias corridos, para a apresentação, à tutela, de informação (e respetivas peças processuais) tendente ao lançamento do concurso para o SIGPIP	n.d.	n.d.	n.d.	273	15	205	100%	272	100%	Atingiu	

INDICADORES DE REALIZAÇÃO PARÂMETROS E OBJETIVOS					Objetivos mais relevantes	
	PLANEADO	REALIZADO	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA	35,0%	40,7%	116,4%	Superou		
O1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público	20,0%	23,6%	118,0%	Superou	0,07	
O2. Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	15,0%	15,0%	100,0%	Atingiu	0,05	
O3. Garantir o acompanhamento das empresas públicas	15,0%	18,6%	124,0%	Superou	0,05	
O4. Promover a avaliação de imóveis para instalação de serviços do Estado	10,0%	11,8%	118,0%	Superou	0,04	
O5. Assegurar o acompanhamento dos processos relacionados com a promoção da exportação e do investimento	25,0%	32,4%	129,5%	Superou	0,09	R
O6. Assegurar a gestão e controlo da carteira de créditos vencidos	15,0%	15,0%	100,0%	Atingiu	0,05	
EFICIÊNCIA	15,0%	15,2%	101,6%	Superou		
O7. Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTF	50,0%	51,6%	103,3%	Superou	0,08	R
O8. Assegurar a monitorização dos dados registados no SIIE	50,0%	50,0%	100,0%	Atingiu	0,08	R
QUALIDADE	50,0%	58,8%	117,5%	Superou		
O9. Promover a conciliação da vida profissional, com a vida pessoal e familiar, cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021, e prevenir o absentismo.	30,0%	37,5%	125,0%	Superou	0,15	R
O10. Melhorar a resposta de apoio técnico a stakeholders, cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021	50,0%	60,0%	120,0%	Superou	0,25	R
O11. Contribuir para a modernização administrativa da Administração Pública, através do SIGPIP - Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público	20,0%	20,0%	100,0%	Atingiu	0,10	R
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100,0%	114,7%	114,7%		1,00	0,74

INDICADORES	FONTE DE VERIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO
IND.1 Valor das vendas (expresso em milhões de euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2021	Mapa de Alienações	No atual contexto, considerou-se que indicar como VC de referência o melhor resultado histórico alcançado (15,70M€, em 2019) é irrealista, por sua vez, não considerar os antecedentes de desempenho e suportar o VC na convencionada taxa de realização de 125% sobre a meta definida, para além de teoricamente desajustado, implicará apresentar um VC igual a 7,5M€, logo, bastante próximo do limite superior da meta (5;7). Neste cenário, foi calculado o VC como a média suportada nos antecedentes observados para o indicador em análise $[(\Sigma (\text{resultado obtido em 2018} + \text{resultado obtido em 2019} + \text{meta fixada para 2020})/3)]$ indicando-se assim o VC = 10,38M€.
IND.2 Valor efetivo de rendas recebidas (expresso em milhões de euros)	Mapa de Controlo de Receitas	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%
IND.3 % de planos do serviço da dívida de empréstimos do Estado objeto de monitorização periódica do cumprimento das obrigações de pagamento [(N.º de planos de serviço da dívida comprovados após as datas de vencimento / N.º total de planos de serviço da dívida com prestações vencidas) x 100].	Sistema de Gestão Documental (pedidos das empresas), documentos contratuais e GERFIP (pedidos de autorização de pagamento)	Melhor resultado possível, que se pretende alcançar a médio prazo.
IND.4 N.º médio de dias decorridos, após incumprimento do beneficiário no pagamento da comissão de garantia, para formalizar novo pedido de cobrança	Sistema de Correio Eletrónico e SIGE (Sistema de Informação de Garantias e Empréstimos / planos de serviço da dívida emitidos)	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%
IND.5 N.º médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (n.º de propostas de orientação/n.º de empresas públicas em liquidação no início do ano)	Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%
IND.6 Prazo para a preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE [(n.º de dias decorridos após o encerramento do exercício do ano n-1)].	Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%
IND.7 Número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento	Relatórios de acompanhamento do investimento das empresas dos anos de 2019 e 2020	Melhor resultado possível
IND.8 % executada de avaliações de imóveis para instalação de serviços públicos [(n.º de avaliações realizadas / n.º de pedidos)*100]	Sistema de Gestão Documental	Melhor resultado alcançado no último triénio
IND.9 Grau de participação em reuniões internacionais agendadas relacionadas com o tema dos créditos à exportação [(n.º total de participações em reuniões/n.º total de reuniões agendadas)*100]	Lista de Delegações Representadas (OCDE) e Ficheiro Controlo/Arquivo	Melhor resultado possível
IND.10 Mandato com o BPF ao abrigo do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, assinado até ao final do 1.º semestre de 2021 [(n.º dias decorridos entre 1 janeiro de 2021 e a data de assinatura do mandato)]	Data de assinatura do documento de Mandato	Melhor resultado possível
IND.11 Grau de integração e cumprimento da discussão dos objectivos fixados para a presidência portuguesa do grupo do Conselho Europeu "Créditos à Exportação" [(S n.º de objetivos integrados e discutidos em agenda) / (n.º objetivos definidos*n.º de reuniões)]*100]	Agenda do portal de delegados e Relatório de Avaliação	Melhor resultado possível

IND.12 N.º de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação dos créditos)	Sistema de Informação de Recuperação de Créditos (SIRC)	Melhor resultado alcançado no último triénio
IND.13 Prazo médio em dias corridos de envio à tutela de proposta a remeter ao CFP quanto a informação relativa às garantias do Estado concedidas ao ano, stock da dívida garantida e execuções. (somatório dos dias, após o fim do trimestre a que a informação respeita, até à data do seu envio / n.º de reportes enviados).	Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%
IND.14 Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE. (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / n.º de informações)	Sistema de Correio Eletrónico e Sistema Documental WEBTRIX.	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%
IND.15 N.º médio de rotinas implementadas mensalmente, associadas à revisão e validação dos dados registados no SIE, cf. regras definidas com grau de prioridade alta constantes no manual de procedimentos de validação SIE (somatório do n.º de rotinas implementadas mensalmente /12).	Ficheiros de controlo e Sistema de Correio Eletrónico	Valor que se pretende atingir a médio prazo
IND.16 % de profissionais com parecer favorável a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º pareceres favoráveis/n.º total de pedidos)*100]	Sistema de Gestão Documental	Melhor resultado possível
IND.17 Grau de satisfação dos stakeholders internos e externos com o apoio técnico prestado (% de respostas alcançadas com menções de "Bom" e "Muito Bom")	Aplicação de inquérito aos utilizadores e respetivo tratamento de dados	Grau máximo de satisfação possível
IND.18 Prazo, em dias corridos, para a apresentação, à tutela, de informação (e respetivas peças processuais) tendente ao lançamento do concurso para o SIGPIP	Sistema de Gestão Documental	Aplicou-se ao valor crítico uma taxa de realização de 125%

RECURSOS HUMANOS

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
				30 DE JUNHO		30 DE SETEMBRO		31 DE DEZEMBRO			
		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direção superior	20	4	80	3	60	3	60	3	60	-1	75%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de Equipa	16	21	336	17	272	17	272	16	256	-5	76%
Técnico(a) Superior Especialista / Técnico(a) Superior	12	116	1392	81	972	84	1008	86	1032	-30	74%
Especialistas de Informática	12	5	60	5	60	4	48	4	48	-1	80%
Técnico(a) de Informática	9	2	18	2	18	1	9	1	9	-1	50%
Coordenador(a) Técnico(a)	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Assistente Técnico(a)	8	18	144	10	80	9	72	8	64	-10	44%
Assistente Operacional	5	6	30	3	15	3	15	3	15	-3	50%
TOTAL		173	2069	122	1486	122	1493	122	1493	-51	69%

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	31.12.2018	31.12.2019	previsto 31.12.2020	realizado 31.12.2020	previsto 31.12.2021	realizado 31.12.2021
		123	123	173	122	173

Recursos Financeiros

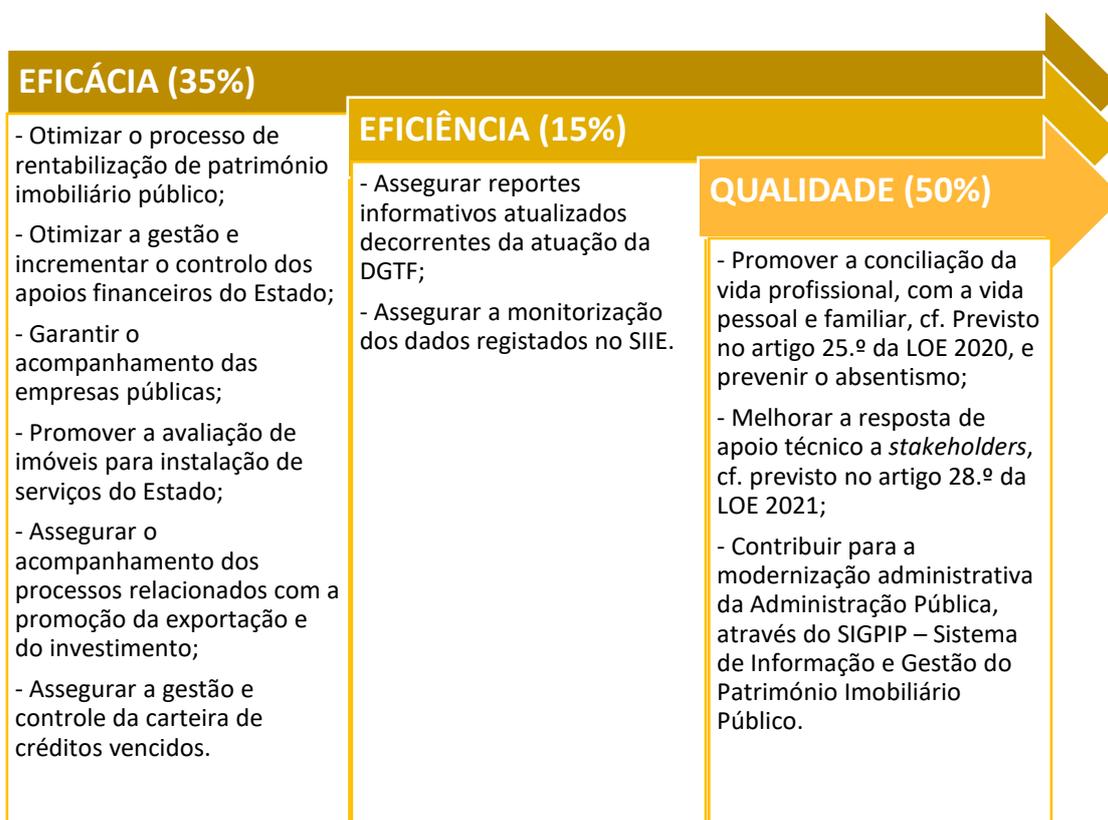
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS 2021	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução
				30/jun	30/set	31/dez		
Orçamento de ATIVIDADES (OA)	7 665 193 €	7 665 193	7 257 450	2 385 976	3 776 402	5 627 549 €	1 629 901 €	77,5%
Despesas com Pessoal	5 888 058	5 888 058	5 888 058 €	2 310 182 €	3 310 455 €	4 693 418 €	1 194 640 €	79,7%
Aquisições de Bens e Serviços	1 173 115	1 173 115	976 997 €	63 150 €	453 303 €	870 047 €	106 950 €	89,1%
Outras despesas correntes	151 625	151 625	- €	0 €	0 €	0 €	- €	-
Despesas de capital	452 395	452 395	392 395 €	12 644 €	12 644 €	64 084 €	328 311 €	16,3%
Orçamento de Projetos (OP)	399 807 €	399 807 €	257 998 €	54 530 €	118 830 €	225 836 €	32 162 €	87,5%
Capítulo 60 - Despesas Excepcionais (DE)	9 813 534 637 €	9 813 534 637 €	8 933 160 603 €	2 116 190 683 €	3 717 663 894 €	6 282 555 890 €	2 650 604 713 €	70,3%
TOTAL (OA+OP+DE)	9 821 599 637 €	9 821 599 637 €	8 940 676 051	2 118 631 190	3 721 559 126	6 288 409 275	2 652 266 776 €	70,3%

2.1.2 Objetivos Estratégicos e Operacionais

A DGTF formulou, para o ano de 2021, três objetivos estratégicos que estão na base do QUAR:



Como forma de operacionalizar os objetivos estratégicos definidos, a DGTF contratualizou com a Tutela, um QUAR com 11 objetivos operacionais relacionados com as categorias de Eficácia, Eficiência e Qualidade com peso na avaliação final de 35%, 15% e 50%, respetivamente:





OBJETIVO OPERACIONAL 1

PESO 20%

Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público

Descrição da concretização:

O **Objetivo 1** é formado por dois Indicadores, sendo que o primeiro indicador foi **SUPERADO** e o segundo indicador foi **ATINGIDO**, com um grau de concretização de 136% e 100% respetivamente. Tal resultado contribuiu para que o objetivo se considere **SUPERADO**.

No âmbito do objetivo aqui identificado e tendo em vista a prossecução da política de valorização e rentabilização do património imobiliário público, em ordem a garantir a eficiência e racionalização da gestão dos recursos públicos, foi atingido um valor de vendas de 12,3 M€, o que correspondeu a uma receita arrecadada de 6,1M €.

No que concerne ao valor das rendas recebidas para o ano em análise, foi registado um montante na ordem dos 2M€.

IND.1 Valor das vendas (expresso em milhões de euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2021.

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
6,00	1,00	10,38	12,30	SUPERADO

Fonte de verificação: Mapa de Alienações.



IND.2 Valor efetivo de rendas recebidas (expresso em milhões de euros).

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
2,00	0,20	2,50	2,00	ATINGIDO

Fonte de verificação: Mapa de Controlo de Receitas.

OBJETIVO OPERACIONAL 2

PESO 15%

Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado

Descrição da concretização:

O **Objetivo 2** é formado por dois Indicadores, ambos igualmente **ATINGIDOS**, com um grau de concretização de 100%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo fosse considerado **ATINGIDO**.

Quanto ao indicador referente aos planos do serviço da dívida de empréstimos do Estado, é de notar que foi alcançada a monitorização periódica do cumprimento das obrigações de pagamento de 82% desses planos.

No que respeita ao indicador referente ao n.º médio de dias decorridos para formalizar novo pedido de cobrança, após incumprimento do beneficiário no pagamento da comissão de garantia, foi alcançado um n.º médio de 36 dias.



IND.3 % de planos do serviço da dívida de empréstimos do Estado objeto de monitorização periódica do cumprimento das obrigações de pagamento [(N.º de planos de serviço da dívida comprovados após as datas de vencimento / N.º total de planos de serviço da dívida com prestações vencidas) x 100].

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
80%	5%	100%	82%	ATINGIDO

Fonte de verificação: Sistema de Gestão Documental (pedidos das empresas), documentos contratuais e GERFIP (pedidos de autorização de pagamento).

IND.4 N.º médio de dias decorridos, após incumprimento do beneficiário no pagamento da comissão de garantia, para formalizar novo pedido de cobrança.

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
40,0	5,0	30,0	36,0	ATINGIDO

Fonte de verificação: Sistema de Correio Eletrónico e SIGE (Sistema de Informação de Garantias e Empréstimos / planos de serviço da dívida emitidos).



OBJETIVO OPERACIONAL 3

PESO 15%

Garantir o acompanhamento das empresas públicas

Descrição da concretização:

O **Objetivo 3** é composto por três Indicadores, dos quais dois foram **SUPERADOS** e um indicador ATINGIDO, com um grau de concretização respetivamente de 147%, 125% e 100%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo seja considerado **SUPERADO**.

Em resultado das propostas de orientação apresentadas, concretizou-se a extinção da NET- Novas Empresas e Tecnologias, SA e da Macedo & Coelho, SGPS, SA, esta última ao abrigo do Regime Jurídico da Dissolução e da Liquidação de Entidades Comerciais, conforme avisos publicados respetivamente em 19 de novembro e 28 de setembro de 2021.

Relativamente ao prazo para a preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE, as informações foram preparadas em 8/01/2021, as quais foram submetidas à consideração dos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado das Finanças. A meta foi superada em razão da diligência e esforço empreendidos na prossecução desta tarefa.

Por outro lado, quanto ao número de empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento, o resultado alcançado de 13 empresas explica-se pelo esforço de obtenção, junto de outras Unidades Orgânicas, da informação necessária à sua elaboração.



IND.5 Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação ÷ número de empresas públicas em liquidação no início do ano)

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
2,6	0,2	3,3	2,6	ATINGIDO

Fonte de verificação: Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental.

IND.6 Prazo para a preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE (n.º de dias decorridos após o encerramento do exercício do ano n-1)

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
15	1	11	8	SUPERADO

Fonte de verificação: Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental.

IND.7 Número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
12	0	13	13	SUPERADO

Fonte de verificação: Relatórios de acompanhamento do investimento das empresas dos anos de 2019 e 2020



OBJETIVO OPERACIONAL 4

PESO 10%

Promover a avaliação de imóveis para instalação de serviços do Estado

Descrição da concretização:

O **Objetivo 4** é formado por um Indicador que foi **SUPERADO**, com um grau de concretização de 118%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo fosse considerado **SUPERADO**.

Para um total de 25 pedidos de avaliação para a instalação de serviços públicos e de imóveis objeto de eventuais cedências de interesse público foram realizadas 22 avaliações, apurando-se, assim, um grau de cumprimento correspondente a 88% de realização.

IND.8 % executada de avaliações de imóveis para instalação de serviços públicos [(n.º de avaliações realizadas /n.º de pedidos) *100]

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
70%	5%	95%	88%	SUPERADO

Fonte de verificação: Sistema de Gestão Documental



OBJETIVO OPERACIONAL 5

PESO 25%

Assegurar o acompanhamento dos processos relacionados com a promoção da exportação e do investimento

Descrição da concretização:

O **Objetivo Operacional 5** é formado por três Indicadores que foram **SUPERADOS**, com um grau de concretização de 125%, 148% e 125% respetivamente. Tal resultado contribuiu para que o objetivo fosse considerado **SUPERADO**.

Neste âmbito, são de destacar os trabalhos desenvolvidos pela DGTF que assumiu, em nome do Estado e no âmbito das suas competências orgânicas, a Presidência do Grupo do Conselho Europeu dos Créditos à Exportação durante o 1º semestre de 2021, tendo sido efetuados esforços internos para assegurar a participação em todas as reuniões da OCDE e da UE sobre este tema, esforços que se estenderam ao 2º semestre de 2021 por forma a assegurar a colaboração com a presidência eslovena para a continuidade das discussões do Grupo.

Atento o disposto no Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, que regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento permitindo ao mesmo atuar como Agência de Créditos à Exportação (ECA) foram desenvolvidos esforços internos que permitissem mandar este Banco para iniciar as suas funções como ECA, constituindo uma alteração significativa do sistema em vigor, com mais de cinco décadas, tendo-se procedido à entrega do primeiro mandato neste âmbito a 7/04/2021.



IND.9 Grau de participação em reuniões internacionais agendadas relacionadas com o tema dos créditos à exportação [(n.º total de participações em reuniões / n.º total de reuniões agendadas) *100].

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
95%	2%	100%	100%	SUPERADO

Fonte de verificação: Lista de Delegações Representadas (OCDE) e Ficheiro Controlo/Arquivo.

IND.10 Mandato com o BF ao abrigo do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, assinado até ao final do 1.º semestre de 2021 [(n.º dias decorridos entre 1 janeiro de 2021 e a data de assinatura do mandato)]

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
181	15	136	95	SUPERADO

Fonte de verificação: Data de assinatura do documento de Mandato.

IND.11 Grau de integração e cumprimento da discussão dos objetivos fixados para a presidência portuguesa do grupo do Conselho Europeu “Créditos à Exportação” [((S n.º de objetivos integrados e discutidos em agenda)/(n.º objetivos definidos*n.º de reuniões))] *100]

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
67%	7,5%	100%	100%	SUPERADO

Fonte de verificação: Agenda do portal de delegados e Relatório de Avaliação.



OBJETIVO OPERACIONAL 6

PESO 15%

Assegurar a gestão e controle da carteira de créditos vencidos

Descrição da concretização:

O **Objetivo Operacional 6** é formado por um Indicador que foi **ATINGIDO**, com um grau de concretização de 100%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo fosse considerado **ATINGIDO**.

A conclusão dos processos relativos à gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF, registada em 2021, deveu-se: a pagamento (12), a extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor (12), a prescrição da dívida (7) e a anulação da dívida (13).

IND.12 N.º de créditos extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação dos créditos)

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
40	10	199	44	ATINGIDO

Fonte de verificação: Sistema de Informação de Recuperação de Créditos (SIRC).



OBJETIVO OPERACIONAL 7

PESO 50%

Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTF

Descrição da concretização:

O **Objetivo 7** é formado por dois Indicadores, um dos quais foi **SUPERADO**, com um grau de concretização de 107%, tendo o indicador **ATINGIDO** um grau de concretização de 100%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo se considere **SUPERADO**.

No que concerne ao prazo médio em dias corridos de envio ao Conselho de Finanças Públicas (CFP) da informação relativa às garantias do Estado, concedidas ao ano, stock da dívida garantida e execuções, é de relevar o esforço desenvolvido de maior partilha de informação sobre responsabilidades garantidas.

O resultado alcançado, no Indicador respeitante ao prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE, deve-se essencialmente ao esforço das diversas Unidades Orgânicas, com a obtenção dos dados necessários à sua elaboração em tempo útil, pese embora, o período de confinamento no âmbito do combate à pandemia da Covid-19 decretado pelo Estado Português.



IND.13 Prazo médio em dias corridos de envio à tutela de proposta a remeter ao CFP quanto a informação relativa às garantias do Estado, concedidas ao ano, stock da dívida garantida e execuções (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data do seu envio/n.º de reportes enviados).

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
27	5,0	20,3	26,0	ATINGIDO

Fonte de verificação: Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental.

IND.14 Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE. (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / n.º de informações).

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
4,9	0,2	3,7	4,6	SUPERADO

Fonte de verificação: Sistema de Correio Eletrónico e Sistema de Gestão Documental.



OBJETIVO OPERACIONAL 8

PESO 50%

Assegurar a monitorização dos dados registados no SIIE

Descrição da concretização:

O **Objetivo 8** é formado por um Indicador que foi **ATINGIDO**, com um grau de concretização de 100%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo fosse considerado **ATINGIDO**.

No âmbito deste objetivo, foi dada continuidade à execução de rotinas de revisão e validação de dados no SIIE, com base no designado Manual de Procedimentos de validação SIIE, tendo sido estabelecidas 6 rotinas por mês (média), cuja meta foi atingida dentro da data de referência.

IND.15 N.º médio de rotinas implementadas mensalmente, associadas à revisão e validação dos dados registados no SIIE, cf. regras definidas com grau de prioridade alta constantes no manual de procedimentos de validação SIIE (somatório do n.º de rotinas implementadas mensalmente /12).

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
6,0	2,0	6,0	6,0	ATINGIDO

Fonte de verificação: Ficheiros de controlo e sistema de correio eletrónico.



QUALIDADE

Peso: 50%

OBJETIVO OPERACIONAL 9

PESO 30%

Promover a conciliação da vida profissional, com a vida pessoal e familiar, cf. Previsto no artigo 25.º da LOE 2020, e prevenir o absentismo.

Descrição da concretização:

O **Objetivo 9** é formado por um Indicador, o qual foi **SUPERADO** com um grau de concretização de 125%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo se considere **SUPERADO**.

No respeitante a este objetivo operacional, o mesmo reflete o resultado alcançado no indicador 16, onde foram correspondidos todos os pedidos efetuados de horário de jornada contínua e de pedidos de deslocação de plataforma.

IND.16 % de profissionais com parecer favorável a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º de pareceres favoráveis/n.º total de pedidos)*100].

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
95%	2,5%	100%	100%	SUPERADO

Fonte de verificação: Sistema de Gestão Documental.



OBJETIVO OPERACIONAL 10

PESO 50%

Melhorar a resposta de apoio técnico a *stakeholders*, cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021

Descrição da concretização:

O **Objetivo 10** é formado por um Indicador que foi **SUPERADO**, com um grau de concretização de 120%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo seja considerado **SUPERADO**.

A DGTF realizou, no ano de 2021, um inquérito de satisfação interno o qual assenta em 20 perguntas fechadas, distribuídas pelas seguintes variáveis:

1. Satisfação global com a DGTF;
2. Satisfação com as condições de trabalho;
3. Satisfação com a higiene, segurança, equipamentos e serviços;
4. Satisfação com o envolvimento e participação na organização;
5. Satisfação com o apoio técnico prestado.

Do universo de trabalhadores (123) da DGTF, obteve-se 77 respostas das quais 38% (29) correspondem ao género masculino e 62% (48) ao género feminino. De salientar, ainda, que 8% (6) das respostas obtidas foram de dirigentes intermédios, sendo as restantes, 92% (71), de trabalhadores das carreiras gerais e da carreira especial.

Quanto ao resultado do inquérito de satisfação interno, verifica-se uma média predominantemente positiva uma vez que 27% dos inquiridos avaliou como “Bom”, 37% como “Muito Bom” e 13% como “Excelente”. Em oposição encontra-se uma média de 7% respostas como “Não Satisfatório”.

No que concerne aos resultados obtidos no inquérito satisfação dirigido aos interlocutores externos, em média 45% dos inquiridos considera que o apoio prestado via telefone e/ou correio eletrónico é “Muito Bom”, 48% avalia como “Bom”, tendo 2% avaliado como “Insuficiente”.

Face aos resultados obtidos nos inquéritos dirigidos aos interlocutores internos e externos, conclui-se que em média 78% das respostas incidem no item avaliativo de “Muito Bom” e “Bom”.

Desta forma, a meta definida para 2021 foi superada.

IND.17 Grau de satisfação dos stakeholders internos e externos com o apoio técnico prestado (% de respostas alcançadas com menções de “Bom” e “Muito Bom”).

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
70%	0	80%	78%	SUPERADO

Fonte de verificação: Aplicação de inquérito aos utilizadores e respetivo tratamento de dados.

OBJETIVO OPERACIONAL 11

PESO 20%

Contribuir para a modernização administrativa da Administração Pública, através do SIGPIP – Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público

Descrição da concretização:

O **Objetivo 11** é formado por um Indicador que foi **ATINGIDO**, com um grau de concretização de 100%. Tal resultado contribuiu para que o objetivo seja considerado **ATINGIDO**.

Através da Informação n.º INFSE_DGTF/2021/766, de 30 de julho, foi superiormente submetida a aprovação do projeto delineado para implementação de um Sistema de Informação e Gestão de Património Imobiliário Público (SIGPIP), bem como a aprovação da metodologia traçada para a sua implementação, designadamente quanto à adequação das peças procedimentais com vista ao lançamento do concurso público internacional.

No entanto, atendendo a que, posteriormente, foram ainda concretizadas algumas interações relacionadas com o facto de o projeto em causa se inserir no âmbito do PRR, uma vez que subsistiam algumas questões relacionadas com a inscrição do projeto e com a confirmação quanto à meta/marco a associar ao contrato em que a DGTF intervém como Beneficiário Intermediário para este efeito, foram, nesse sentido, prestados esclarecimentos à ESPAP sobre o assunto, em 29 de setembro de 2021, em especial quanto ao horizonte temporal a considerar no âmbito do projeto e quanto à previsão de um relatório de progresso anual que



compara no cronograma dos trabalhos o executado face ao previsto, pelo que se considera esta a data a ter em consideração para efeito do resultado deste indicador.

IND.18 Prazo, em dias corridos, para a apresentação, à tutela, de Informação (e respetivas peças processuais) tendente ao lançamento do concurso para o SIGPIP.

Meta:	Tolerância:	Valor crítico:	Resultado:	Objetivo:
273	15	205	272	ATINGIDO

Fonte de verificação: Sistema de Gestão Documental

Conforme referido, os objetivos estratégicos do QUAR, bem como os respetivos objetivos operacionais, constituem o vértice da cadeia de objetivos que, em cada ano, norteia a atividade da DGTF, o que confere a este instrumento de gestão um papel crucial.

O quadro seguinte esclarece a contribuição dos objetivos operacionais para o cumprimento dos objetivos estratégicos aprovados para esta Direção-Geral:



		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
		Orientar a atividade da DGTF para a melhoria da gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado	Contribuir para o processo de consolidação das finanças públicas, nas áreas de intervenção da DGTF	Promover a qualidade da informação gerida, produzida e difundida pela DGTF	
OBJETIVOS OPERACIONAIS	Eficácia	Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público	X	X	
		Otimizar a gestão e incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	X	X	
		Garantir o acompanhamento das empresas públicas	X	X	
		Promover a avaliação de imóveis para instalação de serviços do Estado		X	
		Assegurar o acompanhamento dos processos relacionados com a promoção da exportação e do investimento	X	X	
		Assegurar a gestão e controlo da carteira de créditos vencidos	X	X	
	Eficácia	Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTF			X
		Assegurar a monitorização dos dados registados no SIIE			X
	Qualidade	Promover a conciliação da vida profissional, com a vida pessoal e familiar, cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021, e prevenir o absentismo.			X
		Melhorar a resposta de apoio técnico a stakeholders, cf. previsto no artigo 28.º da LOE 2021			X
		Contribuir para a modernização administrativa da Administração Pública, através do SIGPIP - Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público			X

Quadro 1 - Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos

2.1.2. Análise dos resultados e desvios verificados

Após apuramento e análise dos resultados da avaliação do QUAR, aprovado em 2021, conclui-se que os 11 objetivos operacionais definidos para a DGTF, foram alcançados com sucesso, mais precisamente que 4 dos objetivos foram atingidos e os restantes 7 foram superados, conforme evidenciado no gráfico seguinte.

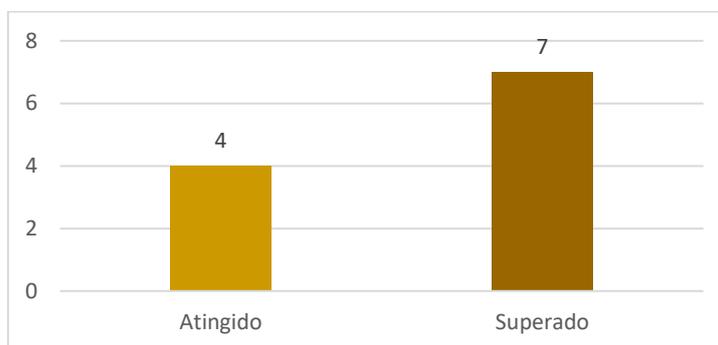


Gráfico 1 - Resultados dos objetivos operacionais

Dos objetivos propostos verifica-se que 10 indicadores foram **superados**, estando 7 associados ao parâmetro de eficácia (ind.1; ind.6; ind.7; ind.8; ind.9; ind.10; ind.11), 1 ao parâmetro de eficiência (ind.14) e os restantes ao parâmetro de qualidade (ind.16; ind.17).

Já quanto à distribuição dos indicadores **alcançados** verifica-se que 5 enquadram-se no parâmetro de eficácia (ind.2; ind.3; ind.4; ind.5; ind.12) e 2 no parâmetro de eficiência (ind.13; ind.15) e 1 no parâmetro de qualidade (ind.18).

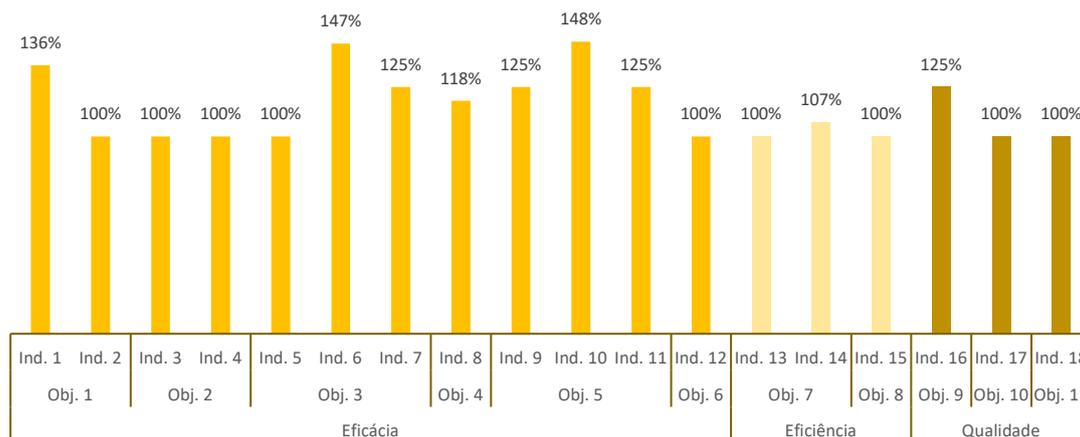


Gráfico 2 - Taxa de realização obtida em cada um dos parâmetros do QUAR 2021

O gráfico seguinte representa a taxa de realização obtida em cada um dos parâmetros identificados no QUAR bem como a taxa de realização final.

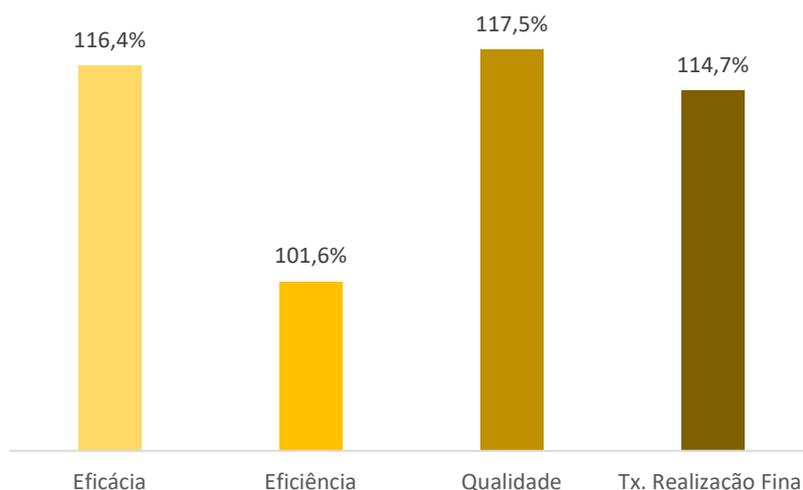


Gráfico 3 - Pontuação global obtida nos parâmetros da Eficácia, Eficiência e Qualidade



Assim, conclui-se que, em 2021, a DGTF alcançou uma taxa de realização global de 114,7%, sendo o parâmetro de qualidade aquele que mais contribuiu, com um peso de 50%, para o resultado final.

De salientar, ainda, que estes resultados foram alcançados com menos recursos efetivos do que inicialmente previsto, visto que ao longo do tempo o número de ativos a desempenhar funções na DGTF tem vindo a diminuir, por força de movimentos de saída por aposentação, designações para o exercício de funções na ação governativa, celebração de acordos de cedência de interesse público, entre outros, conforme o quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção superior	20	80	60	-20
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de Equipa	16	336	256	-80
Técnico(a) Superior Especialista / Técnico(a) Superior	12	1392	1032	-360
Especialistas de Informática	12	60	48	-12
Técnico(a) de Informática	9	18	9	-9
Coordenador(a) Técnico(a)	9	9	9	0
Assistente Técnico(a)	8	144	64	-80
Assistente Operacional	5	30	15	-15
TOTAL		2069	1493	-576

Quadro 2 - Recursos Humanos / Desvios

Apesar de o número total de profissionais ativos na DGTF, em 2021, ser igual ao ano transato, conseguiu-se, com significativo esforço de todos os nossos profissionais, que o índice de produtividade tivesse um ligeiro acréscimo, conforme apresentado no quadro seguinte:



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE				
INDICADORES	FORMA DE CÁLCULO	RESULTADO		
		2019	2020	2021
Taxa de Concretização	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	129,0%	114,2%	114,7%
Taxa de Execução de Recursos Humanos	(RH utilizados/ RH planeados) * 100	71,1%	70,5%	70,5%
Índice de Produtividade	(Taxa de Concretização Global de Objetivos/ Taxa de Utilização de RH) * 100	181,4%	162,0%	162,7%

Quadro 3 - Índice de Produtividade

Em relação ao índice custo-eficácia, verificou-se os seguintes resultados:

ÍNDICE DE CUSTO-EFICÁCIA				
INDICADORES	FORMA DE CÁLCULO	RESULTADO		
		2019	2020	2021
Taxa de Concretização	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	129,0%	114,2%	114,7%
Taxa de Execução de Recursos Financeiros (Funcionamento + Investimento)	(Despesa Executada / Despesa Orçamentada) * 100	75,6%	79,3%	77,9%
Índice de Custo Eficácia	(Taxa de Concretização Global de Objetivos/ Taxa de Execução de Recursos Financeiros) * 100	170,5%	144,0%	147,2%

Quadro 4 - Índice de Custo-Eficácia

Conforme é possível apreciar, no ano atípico que foi 2021, verificou-se um ligeiro acréscimo da taxa de concretização global face ao ano anterior. Relativamente à taxa de execução de recursos financeiros [(despesa/orçamento corrigido)*100], quanto ao orçamento de atividades e de projetos, observa-se uma diminuição de quase 2% em relação ao ano de 2020.

Já quanto ao índice de custo-eficácia, o mesmo em 2021 registou um ligeiro aumento de 2% face ao ano anterior.



2.1.3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)

A DGTF não dispõe de qualquer unidade orgânica vocacionada para as funções de controlo e auditoria, o que, desde logo, se revela um fator fortemente condicionador do robustecimento deste sistema nas suas distintas vertentes, pelo que à semelhança do que tem sucedido nos anos anteriores e tendo em vista a avaliação do SCI da DGTF, afigura-se necessário proceder a um prévio enquadramento no que respeita ao ambiente da Organização em causa.

Pese embora o constrangimento acima enunciado, a DGTF reúne um conjunto de aspetos caracterizadores da sua atividade que contribuem para a criação de um ambiente favorável ao controlo interno, devendo, portanto, ser tomados em consideração em sede de avaliação do SCI, a saber:

- A sujeição ao controle da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e do Tribunal de Contas (TC), em especial através de auditorias e ações de verificação anuais no âmbito, designadamente, da preparação do Parecer à Conta Geral do Estado;
- O reporte de informação periódica a outras entidades, nomeadamente à DGO e à DGAEP;
- A execução de medidas pré-determinadas em cumprimento de políticas públicas em parte significativas dos processos em que a DGTF intervém, não influenciando, nesse âmbito e em muitas situações, o respetivo processo decisório;
- A abordagem interdisciplinar a um número considerável de processos, dada a natureza das matérias tratadas pela DGTF, intervindo, por isso, na sua instrução, mais do que uma unidade orgânica, consoante as competências requeridas, a que acresce o facto de o processo de decisão envolver vários níveis hierárquicos;
- Os mecanismos de segregação de funções intra e inter unidades orgânicas consubstanciadas nos procedimentos internos instituídos, designadamente nas vertentes da coordenação orçamental e do processamento da despesa com recurso a sistemas de informação geridos por entidades terceiras no âmbito do MF, que, naturalmente, concorrem para a prevenção de riscos;
- O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que constitui um instrumento de gestão que procura identificar, no âmbito das atribuições da DGTF, as situações potenciadoras de riscos de corrupção e de infrações conexas e elencar medidas



preventivas e corretivas que possibilitem a eliminação do risco ou minimizem a probabilidade da sua ocorrência, bem como possibilitar a eventual aferição de responsabilidades associadas à gestão dos recursos públicos.

De sublinhar ainda que os trabalhadores da DGTF, no desempenho das suas funções, têm interiorizado e promovido o respeito dos direitos, liberdades e garantias individuais, curando, nomeadamente pela não discriminação e igualdade de tratamento, com salvaguarda pelo respeito da Carta de Ética dos trabalhadores da Administração Pública, e respetivo regime disciplinar, bem assim, pelo Código de Ética e de Conduta interno em vigor na DGTF.



Capítulo III

RECURSOS

ENVOLVIDOS

3.1 Afetação real e prevista dos recursos humanos e financeiros

Na avaliação da execução do QUAR é também apresentada a comparação entre os recursos planeados para a prossecução dos objetivos propostos e os meios que efetivamente estiveram disponíveis para a concretização dos resultados alcançados.

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção superior	20	80	60	-20
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de Equipa	16	336	256	-80
Técnico(a) Superior Especialista / Técnico(a) Superior	12	1392	1032	-360
Especialistas de Informática	12	60	48	-12
Técnico(a) de Informática	9	18	9	-9
Coordenador(a) Técnico(a)	9	9	9	0
Assistente Técnico(a)	8	144	64	-80
Assistente Operacional	5	30	15	-15
TOTAL		2069	1493	-576
Orçamento de Atividades		Corrigido	Realizado	Saldo
		7 257 450 €	5 627 549 €	1 629 901 €

Quadro 5 - Afetação real e prevista dos Recursos humanos e financeiros

3.1.1 Recursos Humanos

No final do ano de 2021, a DGTF dispunha de um total de 122 profissionais divididos pelas diversas categorias:



Gráfico 4 - Recursos humanos à data 31.12.2021

- O grupo profissional/carreira/categoria com o maior número de profissionais é a de Técnico(a) Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas/ Técnico(a) Superior (86);
- Por outro lado, grupo profissional/carreira/categoria com menos representação, corresponde ao de Coordenador(a) Técnico(a) (1) bem como ao Técnico (a) de Informática (1).

3.1.2 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros executados sob a responsabilidade desta Direção-Geral, expressos em euros, registam, em 2021, 6.288.409.275€, distribuídos conforme quadro que se segue:

DGTF - ORÇAMENTO EXECUTADO EM 2021		
DESIGNAÇÃO	Valor	Tx Execução
Despesas com Pessoal	4 693 418 €	79,7%
Aquisições de Bens e Serviços	870 047 €	89,1%
Outras despesas correntes	- €	-
Despesas de capital	64 084 €	16,3%
ORÇAMENTO DE ATIVIDADES (OA)	5 627 549 €	77,5%
ORÇAMENTO DE PROJETOS (OP)	225 836 €	87,5%
CAPÍTULO 60 – DESPESAS EXCECIONAIS (DE)	6 282 555 890 €	70,3%
TOTAL (OA+OP+DE)	6 288 409 275 €	70,3%

Quadro 6 - Orçamento Executado em 2021

A despesa com maior impacto, no orçamento de atividades, regista-se nas Despesas com Pessoal com um total de 83%, de acordo com o ilustrado no gráfico infra.

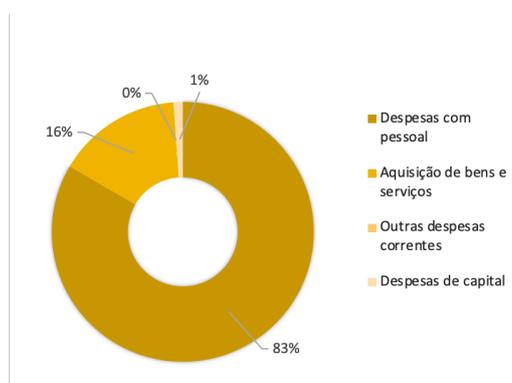


Gráfico 5 - Orçamento de Atividades



Capítulo IV

AVALIAÇÃO FINAL

4.1 Avaliação Final

À semelhança do que sucedeu no ano transato e conforme se encontra evidenciado no presente Relatório, a atividade da DGTF, durante o ano de 2021, continuou a ser fortemente marcada pela situação epidemiológica provocada pela COVID-19, com défice global dos recursos humanos da DGTF, acrescido do facto de a generalidade dos trabalhadores se encontrar ainda em regime de teletrabalho.

Ademais, a atividade da DGTF foi ainda fortemente marcada pela necessidade de dar resposta ao elevado número de solicitações externas, que, apesar do contexto de pandemia, se revelou constante e até superior em algumas das áreas de atuação desta Direção-Geral, sendo, por isso, de prestar o público agradecimento a todos os colaboradores e dirigentes intermédios da DGTF pelo profissionalismo e empenho manifestado na resposta aos desafios que foram colocados.

Em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, é da competência do dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no capítulo relativo à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGTF, no que respeita à concretização do QUAR, é de **114,7%**, tendo, no total de 11 objetivo operacionais, sido superados 7 e atingidos os 4 restantes.

Assim, de acordo com o artigo 18.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o artigo 15.º, n.º 2, do mesmo diploma legal, atentos os resultados alcançados relativamente aos objetivos operacionais, à DGTF deverá ser atribuído o desempenho **BOM**, uma vez que alguns objetivos foram superados, tendo os restantes sido atingidos.

A Diretora-Geral,

Maria João Araújo



Anexos

ANEXO I - OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS

- Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO)

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSGFO	Ob1: Assegurar o acompanhamento da emissão e circulação de moeda metálica	Prazo de atualização da informação a partir da data em que são conhecidos os movimentos/procedimentos, designadamente aos Tribunais, BdP e INCM	No máximo 6 dias úteis	5	Superado	A média anual foi de 5 dias úteis
	Ob2: Assegurar a disponibilização a outras entidades de informação financeira/orçamental e/ou da transferência de verbas, após a receção dos contributos das competentes unidades orgânicas da DGTf e/ou de outros organismos	N.º de dias úteis após a data de recolha dos contributos e a disponibilização da informação à(s) entidade(s) requerente(s). Considera-se a disponibilização de informação ao Governo, DGO, TdC, SROCs e outras entidades públicas e privadas	No máximo 5 dias úteis	5	Atingido	A média anual foi de 5 dias úteis
	Ob3: Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos	N.º de dias para a disponibilização da informação contados a partir da recolha de toda a informação relevante	Relatórios previstos legalmente - no máximo até 7 dias úteis; Aplicações financeiras - entrega os dados com um dia útil após o início da aplicação; Informação solicitada pelos órgãos diretivos ou pelo Governo - cumprimento atempado do prazo estabelecido	Todos as metas foram superadas	Superado	Relatórios - 4 dias úteis; Aplicações financeiras - entrega dos dados no dia em que são conhecidos; Informação solicitada pelos órgãos diretivos ou pelo Governo - cumprimento do prazo estabelecido

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSGFO/ DGFO	Ob1: Elaborar a proposta de orçamento do Capítulo 60º - Despesas Excecionais do OE/2022	Prazo estabelecido pela DGO para o carregamento da proposta de orçamento no SOE-Sistema de Orçamento do Estado	Cumprimento do prazo estabelecido	100%	Atingido	Apesar de no carregamento da proposta de orçamento no SOE ter cumprido o prazo estabelecido, posteriormente houve necessidade de promover algumas alterações
	Ob2: Gestão e acompanhamento da execução orçamental das dotações inscritas no orçamento do Capítulo 60º - Despesas Excecionais	N.º de dias para análise e preparação do pedido de autorização das alterações orçamentais e autorização dos pagamentos no Sistema Gerfip, através de dotações inscritas no orçamento do Capítulo 60º - Despesas Excecionais	Tempo de resposta <3 dias	1	Superado	Em média a resposta é dada em 1 dia útil
	Ob3: Elaborar a Conta de gerência e documentação anexa à prestação de contas relativa ao ano 2020 do Capítulo 60- Despesas Excecionais	Prazo legal estabelecido para a submissão on-line da Conta de Gerência relativo ao Capítulo 60.º-Despesas Excecionais	Cumprimento do prazo estabelecido		Superado	Foi submetida até ao prazo estabelecido para a prestação de contas relativa ao ano 2020.

- Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE)

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSPE	Ob1: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTf - EFE	Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE. (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / n.º de informações)	4,9	4,6	Superado	O resultado alcançado explica-se pelo esforço conjunto das diversas Unidades Orgânicas, na obtenção da informação necessária à sua elaboração, de uma forma mais célere.
	Ob2: Garantir o acompanhamento das empresas públicas por via do acompanhamento dos investimentos	Número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento	12	13	Superado	O número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do investimento decorre da possibilidade de inclusão no universo de análise do presente relatório de mais empresas com dados disponíveis abrangendo, assim, um maior número de entidades.
	Ob3: Preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE	Prazo para a preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE (n.º de dias decorridos após o encerramento do exercício do ano n-1)	15	8	Superado	A meta foi superada em razão da diligência e esforço empreendidos na prossecução desta tarefa.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSPE/ DPE	Ob1: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTf relativamente ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE.	Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE. (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / n.º de informações)	4,9	4,6	Superado	O resultado alcançado explica-se pelo esforço conjunto das diversas Unidades Orgânicas, na obtenção da informação necessária à sua elaboração, de uma forma mais célere.
	Ob2: Garantir a disponibilização ao Banco de Portugal da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras do Estado	Prazo médio em dias corridos de envio ao Banco de Portugal da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras diretas do Estado (somatório dos dias após o fim do mês a que a informação respeita até à data do seu envio/n.º de comunicações)	6,1	5,5	Superado	O resultado obtido explica-se pelo esforço na melhoria da recolha da informação necessária ao envio do reporte dos dados ao Banco de Portugal.
	Ob3: Assegurar o reporte informativo atualizado sobre a evolução da carteira de participações do Estado. - Relatório Semestral	Apresentar relatório sobre a carteira de participações no prazo limite médio de 31 dias após o final de cada semestre anual (30-06 e 31-12)	30	29	Atingido	Realização dos relatórios dentro das datas previstas para a sua elaboração.



Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSPE/ DAA	Ob1: Garantir o acompanhamento das empresas públicas por via do acompanhamento dos investimentos	Número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento	12	13	Superado	O número empresas incluídas no relatório de acompanhamento do Investimento decorre da possibilidade de inclusão no universo de análise do presente relatório de mais empresas com dados disponíveis abrangendo, assim, um maior número de entidades.
	Ob2: Preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE	Prazo para a preparação de proposta de ofício circular relativo às orientações para a elaboração do Relatório e Contas anual a enviar às empresas do SEE (n.º de dias decorridos após o encerramento do exercício do ano n-1)	15	8	Superado	A meta foi superada em razão da diligência e esforço empreendidos na prossecução desta tarefa.
	Ob3: Garantir a eficiência do processo de decisão pelos membros do governo do sentido de voto do acionista Estado nas AG	Antecipação em dias corridos do envio aos SE dos Relatórios de preparação das AG relativamente à data da AG (somatório dos dias uteis que medeiam entre a apresentação do Relatório/Informação e a data da AG/ n.º de AG)	5	5,7	Superado	A meta foi superada em razão da diligência e esforço empreendidos na prossecução desta tarefa, bem como da proatividade e celeridade na obtenção de esclarecimentos junto das sociedades anónimas de modo a submeter atempadamente as informação espreparatórias das Assembleias Gerais.

- Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP)

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSGP	Ob1: Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público, no âmbito das alienações	Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de Dezembro de 2021	6 M€ Tolerância: 1 M€	12,3	Superado	O valor das vendas acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de dezembro de 2021, foi de 12,3M€
	Ob2: Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público no âmbito dos arrendamentos	Valor efetivo de rendas recebidas (Milhões de Euros)	2 M€ Tolerância: 0,20 M€	2	Atingido	O valor de rendas recebidas ascendeu a 2 M€.
	Ob3: Assegurar os procedimentos no âmbito da rentabilização do património imobiliário público e da instalação de serviços públicos.	Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º processos para tratamento (em percentagem)	Analisar 40% dos processos. Tolerância de 10% dos processos	61%	Superado	Dum total de 1990 processos, foram analisados 1217 processos.
	Ob4: Assegurar a fiabilidade e celeridade da informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.	Número de dias para prestar a informação quando solicitada.	8 dias úteis. Tolerância de 1 dia	8	Atingido	A informação foi prestada no prazo de 8 dias úteis.

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSGP/ DAP	Ob1: Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público, no âmbito das alienações	Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de Dezembro de 2021	6 M€ Tolerância: 1 M€	12,3	Superado	O valor das vendas acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de dezembro de 2021, foi de 12,3M€
	Ob2: Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público no âmbito dos arrendamentos	Valor efetivo de rendas recebidas (Milhões de Euros)	2 M€ Tolerância: 0,20 M€	2,0	Atingido	O valor de rendas recebidas ascendeu a 2 M€.
	Ob3: Aumentar a capacidade de resposta, no âmbito da rentabilização do património imobiliário público	Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º processos para tratamento (em percentagem)	30% Tolerância: 5%	50%	Superado	Dum total de 1303, foram analisados 652 processos.
	Ob4: Assegurar com fiabilidade e celeridade a informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.	Número de dias para prestar a informação quando solicitada.	6 dias úteis Tolerância: 1 dia útil	6	Atingido	A informação foi prestada no prazo de 6 dias úteis.



Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSGP/ DAGC	Ob1: Contribuir para a rentabilização do património imobiliário público.	N.º de Imóveis disponibilizados	20 Imóveis Tolerância: 5 imóveis	68	Superado	Foram disponibilizados 68 imóveis provenientes de heranças declaradas vagas a favor do Estado
	Ob2: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no âmbito da instalação de serviços públicos.	Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º processos para tratamento, em percentagem.	50% Tolerância: 10 %	83%	Superado	Dum total de 457 processos, foram analisados 381 processos.
	Ob3: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no âmbito das aquisições gratuitas.	Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º processos para tratamento, em percentagem.	50% Tolerância: 10 %	80%	Superado	Dum total de 230 processos, foram analisados 184 processos.
	Ob4: Diminuir o tempo de resposta às solicitações.	Mediana da diferença entre a data de resposta e a data de entrada em dias úteis das solicitações.	40 dias úteis Tolerância: 10 dias úteis	21	Atingido	A mediana atingida foi de 21 dias úteis.

- Gabinete de Apoio e Coordenação do Setor Empresarial do Estado (GACSE)

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)	Indicadores	Meta	Resultado	Nota explicativa	
GACSE	Ob1: Garantir uma preparação adequada das Assembleias Gerais anuais	Apresentação de todas as propostas de deliberação com uma antecedência mínima de 5 dias úteis face aos limites legais ou datas estabelecidas para realização da AG	100%	100%	Atingido
	Ob2: Avaliação das necessidades de financiamento das empresas em tempo oportuno face às necessidades demonstradas pelas mesmas	Propostas de deliberação para dotações de capital submetidas superiormente com uma antecedência mínima de 5 dias úteis face à data limite para efetivar a transferência de fundos.	80%	85%	Atingido
	Ob3: Assegurar resposta às solicitações externas em tempo oportuno	Número de respostas apresentadas com uma antecedência mínima de 1 dia face ao prazo estabelecido	90%	100%	Superado

- Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação (EGSI)

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)	Indicadores	Meta	Resultado	Nota explicativa	
EGSI	Ob1: Promover condições de teletrabalho nomeadamente através da disponibilização de acessos VPN aos sistemas de informação internos e à criação de salas de reunião virtuais	Número de acessos a rede privada virtual (VPN) criados	60% do n.º de trabalhadores do mapa de pessoal	86% Superado	Foram disponibilizados até 31-12-2021, 106 acessos a rede privada virtual que correspondem a cerca de 86% do número de trabalhadores Foram também realizadas iniciativas em idêntica proporção para disponibilizar condições de teletrabalho incluindo a disponibilização de salas de reunião virtuais.
	Ob2: Assegurar a disponibilidade da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação	Tempo de disponibilidade dos sistemas de informação	98%	99% Superado	O período de downtime ou de indisponibilidade foi da ordem das 9 horas anuais o que corresponde a uma disponibilidade dos sistemas de cerca de 99%.
	Ob3: Assegurar a disponibilização dos inquéritos de satisfação dos stakeholders internos e externos	Data de disponibilização dos inquéritos	Disponibilização até 25 de dezembro	Os inquéritos foram disponibilizados dentro da data definida Superado	O inquérito aos interlocutores internos decorreu durante o mês de dezembro tendo sido obtidas 77 (63% do universo) respostas até ao termo do prazo que ocorreu a 17-12-2021. O inquérito aos interlocutores externos foi disponibilizado online no dia 23-12-2021 sendo possível responder até 15 de março.
	Ob4: Assegurar o apoio aos utilizadores através do apoio informático\Helpdesk	Número de pedidos de apoio prestados/número de pedidos solicitados.	96%	100% Superado	Foram respondidos e solucionados todos os de apoio recebidos durante o ano de 2021.

- Direção de Serviços de Apoios Financeiros

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)	Indicadores	Meta	Resultado	Nota explicativa		
DSAF	Ob1: Assegurar o acompanhamento dos processos relacionados com a promoção da exportação e do investimento	Grau de participação em reuniões internacionais agendadas relacionadas com o tema dos créditos à exportação [(n.º total de participações em reuniões/n.º total de reuniões agendadas)*100]	95%	100%	Superado	Em face da Presidência do Grupo do Conselho da UE sobre Créditos à Exportação, a DSAF efectuou esforços para participar em todas as reuniões internacionais sobre o tema, incluindo técnicas realizadas pela COMM e reuniões da OCDE.
	Ob2: Assegurar a presidência das reuniões do grupo do Conselho de Créditos à Exportação	Grau de integração e cumprimento da discussão dos objetivos fixados para a presidência portuguesa do grupo do Conselho Europeu "Créditos à Exportação" [(S n.º de objetivos integrados e discutidos em agenda)/ (n.º objetivos definidos*n.º de reuniões)]*100]	67%	100%	Superado	No primeiro semestre de 2021, a DGTF assumiu a presidência do Grupo de créditos à exportação do Conselho da UE, com as seguintes prioridades: 1) Modernização das regras financeiras do Acordo sobre os créditos à exportação oficialmente apoiados; 2) revisão dos anexos deste Acordo relacionados com a ação climática; 3) Coordenação e integração com outras formações do Conselho. Foram realizadas um total de 9 reuniões do grupo de créditos à exportação onde as questões relacionadas com os objetivos 1 e 2 figuraram em todas as agendas. O 3.º objetivo foi igualmente integrado embora diluído com os restantes temas, tendo assumido maior pertinência no âmbito das discussões realizadas na reunião estratégica de chefes de delegação (1).
	Ob3: Incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	% planos do serviço da dívida de empréstimos do Estado objeto de monitorização periódica do cumprimento das obrigações de pagamento [(N.º de planos de serviço da dívida comprovados após as datas de vencimento / N.º total de planos de serviço da dívida com prestações vencidas) x 100].	80%	82%	Atingido	
	Ob4: Otimizar a gestão dos apoios financeiros do Estado	N.º médio de dias decorridos, após o incumprimento do beneficiário no pagamento da comissão de garantia, para formalizar novo pedido de cobrança.	40	36	Atingido	
	Ob5: Efectuar propostas de alteração do sistema oficial de apoio à exportação	Apresentação de proposta de mandato com o BPF ao abrigo do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro[(n.º dias decorridos entre 1 janeiro de 2021 e a data de apresentação do mandato geral ou específico)]	150	95	Superado	Mandato de Atribuição ao BPF a função de ECA no âmbito da linha de Cuba: 7/04/2021



Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSAF/ DAFI	Ob1: Assegurar o acompanhamento dos processos relacionados com a promoção da exportação e do investimento	Grau de participação em reuniões internacionais agendadas relacionadas com o tema dos créditos à exportação [(n.º total de participações em reuniões/n.º total de reuniões agendadas)*100]	95%	100%	Superado	Em face da Presidência do Grupo do Conselho da UE sobre Créditos à Exportação, a DSAF efectuou esforços para participar em todas as reuniões internacionais sobre o tema, incluindo técnicas realizadas pela COMM e reuniões da OCDE.
	Ob2: Assegurar a atempada instrução de todos os processos de autorização de pagamento das contribuições/participações internacionais	Prazo médio, em dias úteis, da entrega dos processos com os pedidos de autorização do compromisso/despesa antes da data limite de pagamento confirmada, considerando-se, para todos os processos que não dispõem de data limite de pagamento, que a mesma se vence no final do mês seguinte à receção do pedido e que para efeito da entrega dos processos estão reunidas as condições orçamentais que permitem solicitar a autorização.	8 dias	21	Superado	Atenta a complexidade do circuito das autorizações de pagamento, foram efectuados esforços para a apresentação das propostas de pagamento com maior antecedência para minimizar o pagamento de juros de mora
	Ob3: Assegurar a atempada instrução de todos os processos de autorização de pagamento das indemnizações de sinistro	Prazo médio, em dias úteis, da entrega dos processos com os pedidos de autorização do compromisso/despesa após receção dos mesmos e desde que para o efeito da entrega dos processos estão reunidas as condições orçamentais que permitem solicitar a autorização.	8 dias	8	Atingido	
	Ob4: Efectuar propostas de alteração do sistema oficial de apoio à exportação	Apresentação de proposta de mandato com o BPF ao abrigo do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro[(n.º dias decorridos entre 1 janeiro de 2021 e a data de apresentação do mandato geral ou específico)]	150	95	Superado	Mandato de Atribuição ao BPF a função de ECA no âmbito da linha de Cuba: 7/04/2021

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSAF/ DGEAF	Ob1: Incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado	% planos do serviço da dívida de empréstimos do Estado objeto de monitorização periódica do cumprimento das obrigações de pagamento [(N.º de planos de serviço da dívida comprovados após as datas de vencimento / N.º total de planos de serviço da dívida com prestações vencidas) x 100].	80%	82%	Atingido	
	Ob2: Otimizar a gestão dos apoios financeiros do Estado	N.º médio de dias decorridos, após o incumprimento do beneficiário no pagamento da comissão de garantia, para formalizar novo pedido de cobrança.	40	36	Atingido	
	Ob3: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da DGTF	Prazo médio em dias corridos de envio ao CFP da informação relativa às garantias do Estado, concedidas ao ano, stock da dívida garantia e execuções (somatório dos dias após o fim do trimestre a que a informação respeita até à data do seu envio/n.º de reportes enviados)	27	26	Atingido	

- Direção de Serviços de Regularizações Financeiras

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSRF	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação dos créditos	Valor das cobranças registadas em Receita do Estado	Receita cobrada entre 20M€ a 30M€	74,15 M€	Superado	Nível de receita fortemente influenciado pela cobrança no âmbito do processo de liquidação judicial do Banco Privado Português, SA (no valor de 60 M€)
	Ob2: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado	Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação ÷ número de empresas públicas em liquidação no início do ano)	Número médio de propostas de orientação entre 2,4 a 2,8	2,6	Atingido	
	Ob3: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF	Número de processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação)	30 a 50 processos concluídos/extintos	44	Atingido	A conclusão de processos registada em 2021 deveu-se: a pagamento (12), a extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor (12), a prescrição da dívida (7) e a anulação da dívida (13).

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSRF/ DGRC	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação dos créditos	Valor das cobranças registadas em Receita do Estado	Receita cobrada entre 20M€ a 30M€	74,15 M€	Superado	Nível de receita fortemente influenciado pela cobrança no âmbito do processo de insolvência do Banco Privado Português, SA (no valor de 62,92 M€)
	Ob2: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF	Número de processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação propondo a anulação)	30 a 50 processos concluídos/extintos	44	Atingido	A conclusão de processos registada em 2021 deveu-se: a pagamento (12), a extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor (12), a prescrição da dívida (7) e a anulação da dívida (13).
	Ob3: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da UO	Prazo de atualização no site da DGTF dos dados trimestrais sobre a recuperação de créditos (n.º médio de dias de disponibilização da informação, após o final de cada trimestre)	2 a 4 dias úteis	1,25	Superado	De acordo com a celeridade na atualização dos dados



Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSRF/ DLR	Ob1: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado	Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação ÷ número de empresas públicas em liquidação no início do ano)	Número médio de propostas de orientação entre 2,4 a 2,8	2,6	Atingido	
	Ob2: Contribuir para que as instruções do sentido de voto do acionista Estado nas AG das sociedades em liquidação sejam tempestivamente emitidas	Antecipação da apresentação de proposta de sentido de voto relativamente às datas das AG (somatório do n.º de dias úteis entre a data da apresentação da informação e a data da AG ÷ n.º total de AG)	Prazo médio entre 3 a 7 dias úteis	3,9	Atingido	
	Ob3: Assegurar reportes informativos atualizados decorrentes da atuação da UO	Prazo de atualização no site da DGTF dos dados trimestrais sobre as empresas públicas em liquidação (n.º médio de dias de disponibilização da informação, após o final de cada trimestre)	Prazo médio entre 2 a 4 dias úteis	1,75	Superado	De acordo com a celeridade na atualização dos dados

- Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSAVP	Ob1: Promover a avaliação de imóveis e direitos constituídos ou a constituir sobre imóveis no quadro de atuação da DGTF	Taxa de realização de avaliações de imóveis para instalação de serviços do Estado [(nº de avaliações realizadas /nº de pedidos)*100].	70%	88%	Superado	A DSAVP manateve o foco e a prioridade na concretização das avaliações relativas à satisfação das necessidades de instalação dos serviços públicos, sendo que para um total de 22 pedidos, foram realizadas 25 avaliações.
	Ob2: Assegurar a monitorização dos dados registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado	N.º médio de rotinas implementadas mensalmente, associadas à revisão e validação dos dados registados no SIIE, cfr. regras definidas com grau de prioridade alta constantes no manual de procedimentos de validação SIIE (somatório do n.º de rotinas implementadas mensalmente /12.	6 rotinas	6	Atingido	

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSAVP/ DCI	Ob1: Assegurar a monitorização dos dados registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado.	N.º médio de rotinas implementadas mensalmente, associadas à revisão e validação dos dados registados no SIIE, cfr. regras definidas com grau de prioridade alta constantes no manual de procedimentos de validação SIIE (somatório do n.º de rotinas implementadas mensalmente /12.	6 rotinas	6	Atingido	
	Ob2: Assegurar a monitorização dos dados registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado relativos aos imóveis do Estado sob ocupação	N.º médio de rotinas implementadas mensalmente, associadas à revisão e validação dos dados registados no SIIE, cfr. regras definidas com grau de prioridade alta constantes no manual de procedimentos de validação SIIE (somatório do n.º de rotinas implementadas mensalmente /12.	6 rotinas	6	Atingido	

- Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSJC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas na DGTF	Somatório dos dias úteis despendidos na resposta a solicitações / n.º total de pedidos. Inclui as respostas/pareceres dados através de correio eletrónico	Resposta dada no prazo médio de 12 dias úteis	12	Atingido	
	Ob2: Preparar as peças procedimentais e prestar apoio jurídico no âmbito dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de serviços	Número de iniciativas/contributos prestados	Entre 8 e 10 iniciativas	25	Superado	O n.º de iniciativas e contributos prestados foram superiores ao planeado, tendo em conta a diversidade de procedimentos pré-contratuais com que a UO foi confrontada.
	Ob3: Elaboração de parecer a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º de pareceres favoráveis/ n.º total de pedidos)]*100	% de profissionais com parecer favorável a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º de pareceres favoráveis/ n.º total de pedidos)*100	0,95	100%	Superado	A superação é suportada no tratamento de pedidos de diversos profissionais, os quais foram objeto de primazia no respetivo tratamento.
	Ob4: Apresentar propostas de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Plano de Atividades e Relatório de Atividades)	Data da apresentação de proposta	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	8	Atingido	

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)		Indicadores	Meta	Resultado		Nota explicativa
DSJC/ DAJC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas na DGTF	Somatório dos dias úteis despendidos na resposta a solicitações / n.º total de pedidos. Inclui as respostas/pareceres dados através de correio eletrónico	Resposta dada no prazo médio de 12 dias úteis	12	Atingido	
	Ob2: Ob2: Preparar as peças procedimentais e prestar apoio jurídico no âmbito dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de serviços	Número de iniciativas/contributos prestados	Entre 8 e 10 iniciativas	25,0	Superado	O n.º de iniciativas e contributos prestados foram superiores ao planeado, tendo em conta a diversidade de procedimentos pré-contratuais com que a UO foi confrontada.
	Ob3: Elaboração de parecer a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º de pareceres favoráveis/ n.º total de pedidos)]*100	% de profissionais com parecer favorável a pedidos de horário de jornada contínua e pedidos de deslocação de plataforma [(n.º de pareceres favoráveis/ n.º total de pedidos)*100	0,95	100%	Superado	A superação é suportada no tratamento de pedidos de diversos profissionais, os quais foram objeto de primazia no respetivo tratamento.
	Ob4: Apresentar propostas de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Plano de Atividades e Relatório de Atividades)	Data da apresentação de proposta	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	8	Atingido	
	Ob5: Apresentar contributos sobre projetos de diplomas legais	Data da apresentação de contributos	Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais	6	Atingido	



Objetivos Unidade Orgânica (Ob)	Indicadores	Meta	Resultado	Nota explicativa	
DSJC/ DGR	Ob1: Contribuir para o processo de planeamento da DGTf	N.º de instrumentos de gestão em matéria de RH e contributos para documentos de gestão elaborados na DGTf (inclui dados produzidos em matéria de RH e reportados para efeitos de gestão, monitorização e reporte)	[4;5]	10 Superado	4 relatórios SIOE; BS2020; RAF2020 e RITAP2021; avaliação final do QUAR2020; monitorização do QUAR2021 e produção do QUAR2022; envolvimento direto na elaboração da CG2020, juntamente com a DSGFO/DGFO e a SGMF.
	Ob2: Elaborar a proposta de Mapa de Pessoal 2022 e correspondente proposta de orçamento para o agrupamento 01 "despesas com o pessoal" do POE/2022	Data estabelecida superiormente para remessa à SGMF da proposta de Orçamento e resposta a pedidos de esclarecimentos em 24 horas	Data cumprida e respostas emitidas no tempo definido	44424,0 Atingido	Foram cumpridos os prazos estabelecidos superiormente, para submissão do Mapa de Pessoal 2022 a aprovar e do orçamento do agrupamento 01-Despesas com Pessoal. Deu contributos para o agrupamento 02 e preparou, em conjunto com a DSGFO/DGFO, a proposta de orçamento de atividades 2022, submetida à tutela e remetida à SGMF
	Ob3: Assegurar o suporte à atividade da DGTf, através da articulação com a SGMF, no âmbito do modelo de serviços partilhados vigente, em matéria de processos de gestão de RH, patrimonial e processos aquisitivos	% de processos executados [(n.º de processos EDOC/FABA de 2021 concluídos / n.º de processos EDOC/FABA de 2021 solicitados)]	[80% a 90%]	98% Superado	A DSJC/DGR acompanhou 512 (87%) dos 587 processos gerados no âmbito do modelo de serviços partilhados, em matéria de gestão de RH, processos aquisitivos, patrimoniais e também financeiros. Dos 512 processos foram concluídos 503, correspondendo a uma execução de 98%
	Ob4: Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos e aprovisionamento	Grau de satisfação dos utilizadores internos	3,6-4	4,3 Superado	Das 77 respostas ao inquérito de satisfação (escala 1 a 5) realizado aos/às trabalhadores/as da DGTf, referente ao ano de 2021, verifica-se que, em média, 22% dos inquiridos considerou como <i>Excelente</i> e 45% como <i>Muito Bom</i> . Em oposição, apenas 4% dos inquiridos considera <i>Não Satisfatório</i> .

ANEXO II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DSGFO – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

No âmbito da gestão financeira de 4 patrimónios autónomos, prosseguiu-se no acompanhamento da respetiva atividade operacional, de concretização de aplicações em CEDIC e na elaboração dos relatórios anuais relativos à atividade desenvolvida em 2020.

Quanto ao controlo, emissão e circulação de moeda metálica corrente, comemorativa e de coleção, e para além do respetivo acompanhamento em colaboração com o BdP e a INCM, salientam-se os procedimentos conducentes à aprovação do Plano Numismático para 2022 e das portarias de emissão de moeda comemorativa e de coleção para 2022, bem como a continuação de análise de procedimentos inerentes a moedas, retiradas de circulação, no âmbito da recompra de moedas de coleção e da destruição nos termos legais.

No âmbito da coordenação orçamental da despesa foram assegurados os trabalhos inerentes à preparação da proposta de orçamento relativa ao Capítulo 60.º- Despesas Excecionais, ao acompanhamento da execução orçamental e à prestação de informação frequente a outras entidades, designadamente à Direção-Geral do Orçamento, ao Tribunal de Contas e aos auditores internos e externos de outras entidades.

No que se refere à cobrança, foi efetuado o acompanhamento e a respetiva contabilização das receitas administradas pela DGTF, na qual se incluem as provenientes da alienação e gestão do património imobiliário do Estado, do princípio da onerosidade e das comissões de gestão dos patrimónios autónomos.

Procedeu-se à instrução processual e a transferências de verbas para outras entidades públicas.

Mais se refere que foi elaborada a Conta de Gerência e apresentados os contributos para a Conta Geral do Estado de 2020.

DSPE – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

No domínio das atividades prosseguidas pela DSPE conducentes ao exercício da função acionista do Estado, salienta-se a preparação de instruções gerais destinadas às empresas do SEE, quer para efeitos de elaborações dos instrumentos previsionais de gestão, quer no âmbito da preparação do processo de prestação anual de contas.

Assegurou-se a análise dos Relatórios e Contas de empresas do SEE, quer na vertente económica e financeira, quer na vertente da verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares e do respeito pelas orientações transmitidas pelo acionista/tutela, com emissão de recomendações sempre que necessário, tendo em vista a implementação de regras de boa governação empresarial.

Foi, também, assegurada a representação do Estado nas Assembleias Gerais de sociedades anónimas integradas na respetiva carteira.

Assegurou-se a arrecadação de dividendos, no montante de 644,9 milhões de euros, dos quais, 336,4 milhões de euros respeitaram ao Banco de Portugal e 303 milhões de euros distribuídos pela Caixa Geral de Depósitos ao acionista Estado.

No âmbito do processo de recuperação económica e financeira das entidades públicas empresariais do setor da saúde efetuou-se a realização de injeções financeiras no valor global de 1.064 milhões de euros, destinadas ao pagamento de dívidas a fornecedores externos, vencidas e não pagas.

Realizaram-se também aumentos do capital estatutário em vários Hospitais EPE destinados à realização de investimentos, no montante global de 14,7 milhões de euros.

Foi assegurada a gestão da carteira de participações do Estado, através da DGTF, que, à data de 31 de dezembro de 2021, apresentava um universo de 111 participações sociais, das quais 79 assumiam uma particular importância estratégica para a prossecução do interesse público e 32 pertenciam à carteira acessória. Integravam ainda a carteira de participações do Estado 10 empresas que se encontravam em processo de liquidação, bem como 13 fundos, dos quais quatro de capital de risco.

No domínio do processo de atribuição de compensações financeiras a empresas que prestam serviços de interesse geral, foi acompanhada a execução financeira dos contratos relacionados com esta matéria e promovido o pagamento dessas subvenções, no montante global de 55,4 milhões de euros.

DSGP – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO PATRIMONIAL

Competindo à DGTF a gestão integrada do património imobiliário público, no âmbito da rentabilização do património imobiliário público, e no que respeita às alienações de imóveis do Estado e de institutos públicos, foi atingido um valor de vendas de 12,3 M€, o que correspondeu a uma receita arrecadada de 6,1M €. A receita arrecadada em 2021 representou um acréscimo de 421,1%, face ao valor cerca de 1,2 milhões de euros, obtido em 2020, justificada pela alienação de um imóvel por 12,3 milhões de euros, dos quais 5,7 milhões de euros foram pagos no ano de 2021. No que concerne à receita arrecadada proveniente de contratos de arrendamento atingiu-se o valor de 2 M€.

A DSGP controlou, ainda, a execução das operações imobiliárias realizadas quer em 2021, quer em anos anteriores, no que concerne à verificação da receita a arrecadar e à correspondente afetação da mesma, em conformidade com o disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE/2021), bem como a execução das despesas correntes relativas à administração e gestão dos imóveis do Estado, inscritas no Orçamento do Estado no capítulo 60 do Ministério das Finanças.

Na vertente aquisitiva, foram acompanhados cerca de 184 processos judiciais respeitantes a heranças declaradas vagas a favor do Estado, resultando desta atividade a aquisição gratuita para o Estado de 68 imóveis e a receita arrecadada de cerca de 2,4M€.

No ano de 2021, registou-se a aquisição de um imóvel para o Estado, por dação em pagamento, e aquisição de 4 imóveis por institutos públicos, com o valor de transação de 9,4M€.

É igualmente de mencionar que, no âmbito da celebração e cessação de contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos, a DSGP deu resposta a 228 solicitações num universo de 245.

Por último, a DSGP participou na análise jurídica de diversos projetos de diplomas legais, dos quais se destacam os diplomas setoriais com impacto na gestão do património imobiliário público e que foram já objeto de publicação, como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2021, de 11 de maio, que aprova o Programa de Investimento para o Património Cultural, o Decreto-Lei n.º 42/2021 de 7 de junho, que altera o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, bem como deu os seus contributos para a elaboração da LOE/2022, entretanto publicada e da proposta de DLEO 2021.

GACSE – GABINETE DE APOIO E COORDENAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Da atividade de análise e acompanhamento efetuado pelo GACSE, destaca-se:

- a) O acompanhamento das necessidades de financiamento das empresas reclassificadas do sector empresarial do Estado, nomeadamente ao nível dos aumentos de capital necessário para cobertura do investimento e do serviço da dívida bancária;
- b) O assegurar regular funcionamento dos órgãos societários de cada empresa, mediante a emissão de propostas e deliberações em tempo útil e a preparação das assembleias gerais ordinárias dentro do limite mínimo estabelecido;
- c) O acompanhamento de processos de aquisição alienação de participações financeiras no âmbito do sector empresarial do Estado;
- d) O acompanhamento dos contratos de concessão a cargo da DGTF.
- e) A monitorização dos elementos a disponibilizar sobre o sector empresarial do Estado com relevância para as entidades internacionais.

Às atividades acima explicitadas acresce a resposta a inúmeras solicitações de diversa natureza formuladas ao GACSE, sobretudo no âmbito das empresas que acompanha.

EGSI – EQUIPA DE GESTÃO E APOIO A SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Enquadrado nas atividades de apoio suportadas pela transformação digital, a EGSI perspetiva dar continuidade às iniciativas de melhorias contínuas nos sistemas de informação existentes e nas metodologias de trabalho utilizadas na exploração destes sistemas pelos interlocutores internos e externos.

No ano de 2021, em alinhamento com as boas práticas para a área das Tecnologias de Informação e Comunicação e com as necessidades emergentes ao nível da transformação digital na Administração Pública, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- a) Promoção de ferramentas analíticas que permitem medir o nível de satisfação dos utilizadores e aferir necessidades de melhoria através da disponibilização de inquéritos de satisfação aos interlocutores internos e externos no âmbito do apoio prestado pela DGTF com vista a promover uma Administração Pública mais eficaz através da análise de satisfação dos interlocutores da DGTF por forma a continuar a melhorar o grau de satisfação, volume e qualidade do apoio prestado;
- b) Reforço dos meios tecnológicos e metodologias de apoio à realização das atividades em teletrabalho, com vista à disponibilização de novas formas de realização de trabalho em ambientes virtuais, nomeadamente com a disponibilização de salas virtuais e disponibilização de acessos a rede privada virtual (VPN) a cerca de 86% dos trabalhadores do mapa de pessoal;
- c) Foram realizadas medidas de desmaterialização e automatização de processos, nomeadamente na área do património no que diz respeito ao processo de emissão de faturas relativas às rendas dos imóveis;
- d) Concluíram-se os trabalhos de implementação do novo Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (SISEE), que recebe o reporte de acompanhamento das Empresas do Setor Empresarial do Estado;
- e) Foram realizados diversos trabalhos relacionados com os serviços eletrónicos que contribuem para a inovação de serviços existentes através da reengenharia de processos, nomeadamente no Sistema de Gestão Documental, Serviço de email e Cloud da DGTF;
- f) Foram realizadas diversas iniciativas de sensibilização de boas práticas e gestão de risco no que diz respeito à cibersegurança e implementadas políticas de segurança informativa no ecossistema digital da DGTF, tendo-se adicionalmente procedido à disponibilização de alertas e recomendações com vista a mitigar as fragilidades dos Sistemas de Informação;
- g) Foram realizados os trabalhos de elaboração do caderno de encargos com vista à Conceção, Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Informação e Gestão do Património Imobiliário Público (SIGPIP);
- h) Reforço dos mecanismos de suporte e feedback aos utilizadores, nomeadamente através de vídeos, tutoriais e disponibilização de boas práticas.

DSAF – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIOS FINANCEIROS

No decurso do 1^a semestre ocorreu a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, tendo a DGTF, através da DSAF, assumido a liderança do Grupo do Conselho Europeu sobre os Créditos à Exportação.

Neste contexto, a DSAF preparou e presidiu a 10 reuniões do Grupo do Conselho de Créditos à Exportação, incluindo uma reunião de Alto Nível com os Chefes de Delegação dos 27 países membros, para além de ter participado ativamente num número significativo de reuniões técnicas deste Grupo lideradas pela Comissão Europeia, bem como, em reuniões da OCDE sobre o tema dos créditos à exportação.

A Presidência englobou um trabalho de análise detalhada da documentação produzida pela Comissão Europeia, bem como dos vários Estados Membros, a articulação de posições e desenvolvimento de processos negociais com vista à modernização do Arrangement da OCDE (Acordo que regula os créditos à exportação no contexto internacional), bem como, à revisão dos anexos deste Acordo relacionados com a ação climática, em preparação da COP26 - Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Estes pontos foram aqueles que mereceram maior visibilidade internacional do trabalho realizado pela DGTF/DSAF, destacando-se, no entanto, que, sob a Presidência portuguesa e através de documento detalhado preparado pela mesma, foi igualmente relançado no Grupo do Conselho e na OCDE a discussão do tema da “ajuda” (tied aid). Realça-se, ainda, que embora a Presidência tenha terminado a 30 de junho, houve necessidade de manter estreita articulação e análise de processos com a Presidência Eslovena para assegurar a continuidade dos trabalhos do Grupo do Conselho, em particular no que diz respeito ao tema da COP 26, realizada em novembro de 2021.

Complementarmente, e face à alteração do sistema oficial português de apoio às exportações, previsto no Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro, que atribuiu ao Banco Português de Fomento a possibilidade de atuar como Agência de Créditos à Exportação, de acordo com mandato da DGTF, foram preparados, negociados e formalizados com este Banco dois mandatos para a Linha de Cuba e para a Convenção Portugal Angola, representando uma alteração significativa do sistema de apoio oficial.

Paralelamente aos desafios anteriormente expostos, a DSAF continuou a pautar a sua atividade pela análise e instrução dos processos de autorização e consequente concessão de garantias do Estado, no valor de cerca de 1.043M€, ao abrigo do n.º 1, do n.º 3 e do n.º 8 do Artigo 173.º da LOE, para além de assegurar a gestão das respetivas responsabilidades garantidas, as quais, a 31 de dezembro de 2021, ascendiam a cerca de 11.765,6 M€.

No âmbito destas garantias, e, em consequência dos efeitos da pandemia de COVID-19 que implicou a crescente necessidade de recurso das empresas aos apoios concedidos pelo Estado, através da DGTF, a partir do ano de 2020 e que se estendeu para 2021, destaca-se a intervenção da DSAF na concessão de garantias, no valor global de cerca de 204M€, associadas à Linha de Apoio à Economia COVID-19, lançadas pelo Banco Português de Fomento, no valor total de cerca de 1.201M€ e, ainda, as garantias autorizadas sob a forma de seguro, às quatro seguradoras de crédito a atuar no mercado português, no valor de 500M€, referente à “Facilidade Mercado Doméstico” para apoiar as trocas comerciais internas. Estas garantias foram antecedidas de um intenso processo negocial, quer com a DGCOMM, quer com as Seguradoras, para obtenção da necessária autorização em matéria de auxílios de Estado.

Ainda ao nível das garantias e ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 173.º da LOE, evidenciam-se as concedidas através do BPF (cerca de 262M€), bem como as garantias de seguro concedidas pela DGTF, no valor de cerca de 270M€, que se traduziram, igualmente, no acompanhamento das responsabilidades garantidas de seguro que, no final de 2021, ascendiam a cerca de 1.245M€, distribuídas por cerca de 115 países.

Conjuntamente foi prosseguido o objetivo de incrementar o controlo dos apoios financeiros do Estado e de otimizar a gestão financeira dos mesmos, destacando-se a arrecadação de receita, com comissões de garantia e prémios, em 2021, de cerca de 30M€.

A DSAF assegurou igualmente a instrução e concessão de apoios sob a forma de empréstimos que, em 2021, ascenderam a cerca de 931M€, essencialmente às empresas públicas que, em consequência da situação pandémica, sofreram reduções significativas de receita originando um acréscimo significativo de pedidos de apoio à DGTF. Salienta-se, igualmente, a necessidade de acompanhamento do stock da dívida resultante destes empréstimos, que, a 31.12.2021, ascendia a cerca de 24 mil M€ e que envolveu arrecadação de receita relativa ao serviço da dívida de cerca de 632M€.

Refira-se, ainda, relativamente a outros apoios financeiros, a instrução e pagamento de bonificações do crédito à habitação e crédito de ajuda, de subsídios ao arrendamento e à mobilidade nas Regiões Autónomas, entre outros, no montante de cerca de 108M€, bem como no que diz respeito às participações e contribuições em instituições financeiras multilaterais no valor de 56M€.

DSRF – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÕES FINANCEIRAS

Relativamente à atividade prosseguida pela DSRF no período em análise realça-se, no que concerne à recuperação de créditos, a prossecução das diligências tendentes à respetiva cobrança, destacando-se, neste âmbito, a recuperação do crédito do Estado sobre o Banco Privado Português S.A. em liquidação (BPP) no valor de 63 milhões de euros conduzindo a que no final de 2021 se verificasse, em termos acumulados, uma cobrança total de cerca de 406 milhões de euros. Da mencionada receita registada neste ano, 95% teve origem no processo de liquidação judicial do BPP e a parcela restante na liquidação de ativos dados em contragarantia, empenhados a favor do Estado, concretamente no quadro do Acordo Global celebrado entre o Estado o BPP e o BPP Cayman em 12/12/2016.

De salientar que as cobranças registadas no período em análise não contemplam a prestação vencida em 2021 nos termos do Acordo de Reescalonamento da Dívida da República de Angola, celebrado em 5 de agosto de 2004, no valor de 31,6 milhões de USD, na medida em que em conformidade com as condições de adesão de Portugal à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI), iniciativa promovida internacionalmente com o propósito de apoiar os países mais pobres afetados pela pandemia COVID-19, foi aceite destinar o valor do pagamento da prestação vencida em 2020 (abrangida pela moratória) à regularização da prestação vencida em 2021.

No âmbito da atividade de recuperação de créditos prosseguida em 2021 salienta-se, ainda, a conclusão de processos, em situação irregular, que se vinham arrastando desde a década de oitenta do século passado respeitantes a treze financiamentos prestados pelo extinto Fundo de Fomento de Habitação a cooperativas de habitação e associações de moradores, cujos créditos foram transmitidos para o Estado, através da Direção-Geral do Tesouro, mediante a anulação dos respetivos créditos, no valor de 6,4 milhões de euros, excluindo juros de mora, ao abrigo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 63/2021, de 13 de maio, publicada no Diário da República 1ª Série, de 26/05/2021.

Quanto à atividade relativa ao acompanhamento dos processos de liquidação de empresas que integram o Setor Empresarial do Estado (SEE) destaca-se o encerramento da liquidação de três das quatro sociedades constituídas no âmbito do Programa Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira através da aprovação, pelas respetivas Assembleias Gerais, da conta final de liquidação e projeto de partilha do ativo restante da liquidação em conformidade com o disposto no artigo 122º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, lei que aprovou o Orçamento de Estado de 2021.

No período em apreço concretizou-se a extinção da NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA e da Macedo & Coelho, SGPS, SA, esta última ao abrigo do Regime Jurídico da Dissolução e da Liquidação de Entidades Comerciais, conforme avisos publicados respetivamente em 19 de novembro e 28 de setembro de 2021.

DSAVP – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

No decurso do ano 2021, a DSAVP continuou a promover a realização de avaliações de imóveis do Estado, de entidades terceiras e de particulares, tendo por finalidade a sua aquisição, alienação, arrendamento, cedência e constituição de ónus ou encargos, ou a constituição de outros direitos de natureza real.

Assim, foram privilegiadas as iniciativas e atividades que tinham por fim a rentabilização de imóveis, a instrução de procedimentos no âmbito da instalação de serviços públicos, quer mediante a celebração de contratos de arrendamento, quer mediante a cedência de utilização de imóveis. Nesta decorrência, a DSAVP persistiu na identificação e na avaliação de imóveis que permitissem alcançar os objetivos definidos para a rentabilização do património imobiliário público, bem como potenciar a sua utilização por serviços públicos.

Ainda assim, assistiu-se ao abaixamento das solicitações de avaliação de imóveis e de direitos constituídos ou a constituir sobre imóveis, tendo a DSAVP mantido o foco e a prioridade na concretização das avaliações relativas à satisfação das necessidades de instalação dos serviços públicos, conforme Objetivo 04 inscrito no QUAR, sendo que para um total de 13 pedidos, foram realizadas 11 avaliações.

No que se refere à atividade da DSAVP prosseguida pela DCI em 2021, no âmbito do Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE), deu-se continuidade ao processo de melhoria da capacidade de monitorização e controlo qualitativo dos dados registados, bem como, da sistematização de rotinas e procedimentos de revisão e validação desses dados, atendendo a uma crescente exigência na sua fiabilidade.

Tal como em anos anteriores, em 2021 a DSAVP/DCI efetuou a revisão e a validação sistemática de dados do SIIE, promovendo, por um lado, uma análise corrente com base no manual de procedimentos instituído e, por outro, ações mais focadas, motivadas pelas solicitações diárias e por processos de relevância para os quais a DCI presta contributos. Com efeito, tem-se assistido a um acréscimo da importância do SIIE, enquanto base de suporte ao levantamento e atualização da informação sobre imóveis e instalações, particularmente ditado por diferentes medidas governamentais de forte impacto na gestão do património imobiliário público, sendo disso exemplo, o Programa de Remoção de Amianto em imóveis do domínio público e privado do Estado e seu alargamento a imóveis propriedade dos institutos públicos e de empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, que se reflete na atividade associada ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), o Plano de Ação para a Segurança e Saúde no Trabalho na Administração Pública, ou ainda, o processo de transferência da gestão de património público para as autarquias, residindo no SIIE a totalidade da informação associada a estes processos.

A exemplo dos anos anteriores, em 2021 a atividade da DSAVP/DCI foi igualmente pautada pela continuidade das tarefas de acompanhamento e monitorização da execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI) e pela aplicação do princípio da onerosidade (PO), ao abrigo da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, na sua redação atual, tendo a DSAVP/DCI assegurado a normalização dos procedimentos de apuramento, liquidação e cobrança das contrapartidas devidas pela aplicação deste princípio, também com impacto no FRCP.

**DSJC – DIREÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E DE COORDENAÇÃO**

A Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação (DSJC) é integrada pela Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação (DSJC/DAJC), à qual compete essencialmente a realização de estudos, a emissão de pareceres e a prestação de informações de natureza jurídica sobre matérias que se inserem nas atribuições da DGTF, e pela Divisão de Gestão de Recursos (DSJC/DGR), que, entre outras funções, assegura as atividades de suporte ao funcionamento da DGTF, no âmbito da gestão de recursos humanos, financeiros, patrimoniais e arquivísticos, tendo, no entanto, em conta o modelo orgânico e de gestão do Ministério das Finanças.

Atento o caráter transversal da atividade desta unidade orgânica, a respetiva atividade esteve fortemente condicionada pela atuação e matérias tratadas pelas restantes unidades orgânicas.

Nesta medida, e no que concerne à DSJC/DAJC, é de destacar a emissão e elaboração de pareceres e informações jurídicas, parte dos quais sustentaram o cumprimento dos objetivos propostos, o acompanhamento dos processos judiciais em que a DGTF é parte, não só através da intervenção direta, como através da preparação dos elementos a remeter ao Ministério Público, bem como a análise de projetos de diplomas legais que se prendem com as atribuições da DGTF, em especial sobre o Setor Empresarial do Estado.

Atendendo à transversalidade, especificidade e complexidade dos assuntos objeto de análise pela DSJC/DAJC, e sem prejuízo da elaboração e preparação de outra documentação de natureza diversa, foi alcançado um total de cerca de 285 informações, correspondendo 166 a informações submetidas aos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e 119 a informações de natureza interna.

A DSJC/DRG vem mantendo a articulação com a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF), no que se refere aos serviços partilhados, mais propriamente na esfera da gestão de recursos humanos (RH), financeiros (orçamento de atividades), patrimoniais e processos aquisitivos.

Ao longo do ano de 2021, a DGTF interveio em 587 processos (33%) dos 1758 processos relativos a todos os organismos com atividade protocolada no âmbito dos serviços partilhados, tendo sido a entidade que mais cresceu, face a 2020, com mais 64% processos submetidos. A DSJC/DGR interveio diretamente em **87%** da totalidade dos **587** processos tratados no âmbito dos serviços partilhados, correspondendo os restantes 13% a processos liderados por outras unidades da DGTF ou gerados por iniciativa da própria SGMF.

Em matéria de processos de gestão de RH, processos aquisitivos e patrimoniais, e ainda processos financeiros, o n.º de processos tratados diretamente pela DSJC/DGR foram 512 processos, os quais apresentam-se distribuídos cf. ilustrado na tabela infra, sendo que destes foram concluídos 503 processos, correspondendo a uma taxa de execução de 98%.

Processos de RH	215
Processos de Aprovisionamento e Património	251
Processos UMC	8
Processos de Gestão Financeira	38
TOTAL	512

Em relação aos instrumentos de gestão, a DSJC/DGR garantiu, no ano em análise, o tratamento e o carregamento de 4 relatórios em contexto de Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e 1 correspondente ao Balanço Social 2020, todos submetidos à Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). Produziu o Relatório Anual de Formação 2020, assegurando o carregamento deste junto do Instituto Nacional de Administração (INA), e assegurou a Recolha de Informação sobre Trabalhadores da Administração Pública (RITAP 2021) submetida à DGAEP e à Inspeção-Geral das Finanças (IGF). Já no respeitante ao Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), a DSJC/DGR consolidou a avaliação final do QUAR2020, trabalhou a consolidação dos contributos tendentes à elaboração do QUAR2021 e respetiva monitorização, assim como consolidou os contributos para a elaboração do QUAR2022. Por último, foi efetuada, ainda, uma intervenção direta no desenvolvimento da Conta de Gerência 2020, em conjunto com a DSGFO/DGFO e a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF).

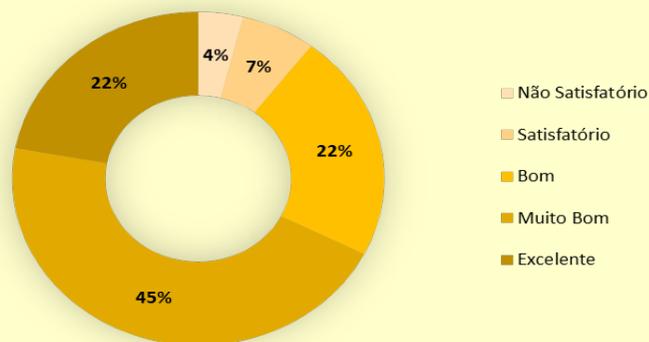
Em matéria de preparação do Orçamento do Estado 2022, a DSJC/DGR garantiu a elaboração da proposta de orçamento para o agrupamento 01 "despesas com o pessoal".

Já quanto às atividades desenvolvidas internamente, destaca-se também a gestão do expediente, quer físico quer virtual (caixa de correio institucional "tesouro"), e ainda as pesquisas arquivísticas.

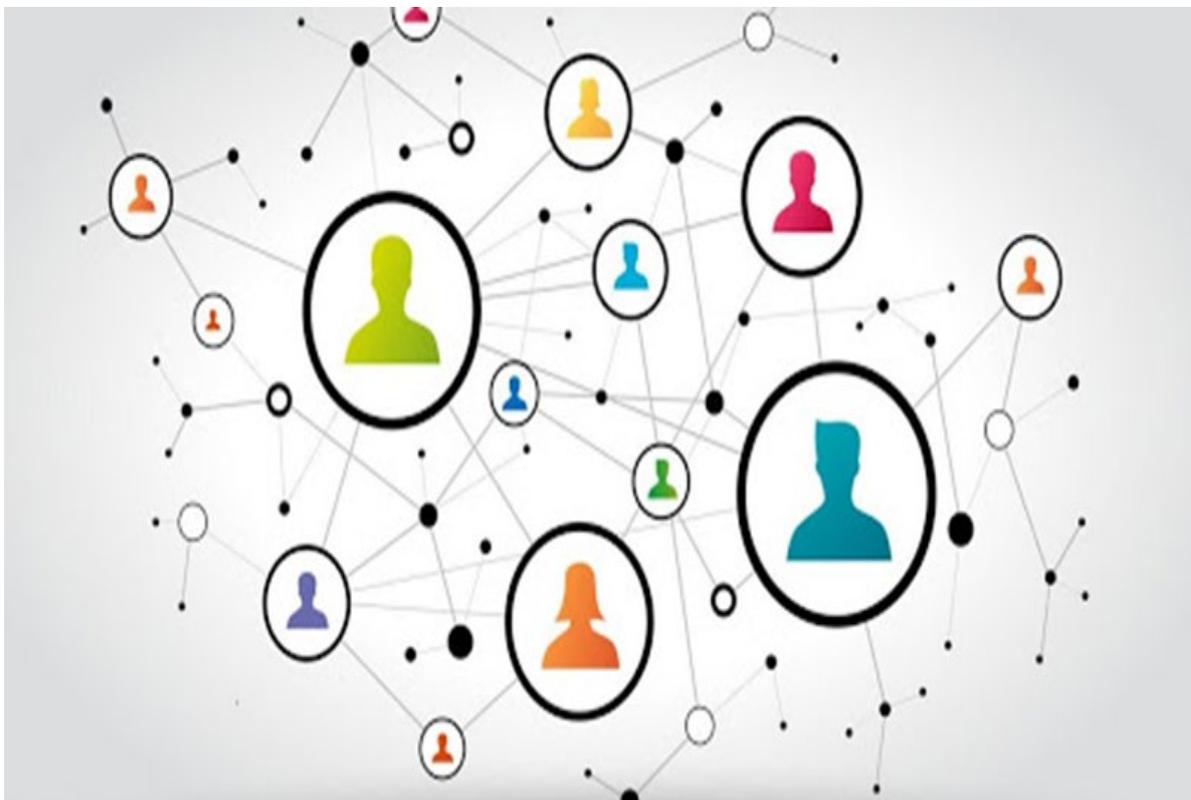
No que concerne à gestão da correspondência, a DSJC/DGR assegurou o tratamento de 9.972 processos de expediente, os quais corresponderam a 6.950 registos de entradas e 3.022 registos de saídas, destes, 1.820 foram emails institucionais cuja emissão foi garantida por este sector.

A DSJC/DGR garantiu ainda o tratamento e análise de 15 processos de pesquisa arquivística, resultando estes de 7 atendimentos internos de suporte às áreas de missão e os restantes processos de origem externa e, maioritariamente, no âmbito de pedidos de emissão de declarações para efeitos de contagem de tempo e pedidos de aposentaçãõ.

Por fim, de acordo com as respostas ao inquérito de satisfação aos interlocutores internos, desenvolvido e disponibilizado pela EGSI, a DSJC/DGR congratula-se com os resultados obtidos quanto ao apoio prestado ao nível do fornecimento de material de economato e em questões relacionadas com a gestão da assiduidade. Em média, 22% dos 77 profissionais respondentes ao inquérito, avaliou o apoio prestado como *Excelente* e 45% considerou o serviço prestado como *Muito Bom*. Apenas 4% (3 profissionais) dos 77 inquiridos que responderam ao inquérito, considera o apoio prestado como *Não Satisfatório*, conforme ilustrado no gráfico infra.



ANEXO III – BALANÇO SOCIAL



Balanço Social 2021



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	81
SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO	83
Distribuição de Efetivos.....	83
CAPÍTULO I – RECURSOS HUMANOS.....	85
Caraterização de efetivos.....	85
Estrutura Etária	88
Estrutura de Antiguidades.....	89
Trabalhadores Portadores de Deficiência	90
Estrutura Habitacional.....	91
Movimentos de Pessoal	94
Postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano.....	97
Mudança de situação de efetivos segundo o género e o grupo profissional	97
Modalidades de Horário.....	98
PNT – Período Normal de Trabalho.....	98
Trabalho extraordinário diurno, noturno e em dias de descanso complementar e feriados.....	99
Ausências.....	99
Greves.....	101
CAPÍTULO II – RENUMERAÇÕES E ENCARGOS	102
Estrutura Remuneratória por Género.....	102
Encargos com Pessoal	103
CAPÍTULO III – HIGIENE E SEGURANÇA	105
CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	105
CAPÍTULO V – RELAÇÕES PROFISSIONAIS	107



NOTA INTRODUTÓRIA

Inserido num ciclo de gestão anual, o Balanço Social é elaborado com referência a 31 de dezembro do ano anterior, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, com dados e indicadores que permitem a caracterização dos recursos humanos (RH) da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), visando contribuir para uma melhor gestão dos efetivos que asseguram o trabalho desenvolvido nesta Direção-Geral.

A informação constante deste documento reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano 2021 e está estruturada conforme o modelo construído pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público e disponibilizado *online*.

Com o intuito de melhorar a sua qualidade informativa, são apresentados quadros e gráficos acompanhados de uma breve análise descritiva onde se evidenciam os aspetos mais relevantes.

Destaca-se que a DGTF apresenta desde a última década uma redução acentuada de RH, observando-se mais recentemente uma tendência para a estabilização do número de efetivos em funções, sendo que a 31 de dezembro de 2021, este Serviço contava com um total de 122 trabalhadores/as em exercício de funções, muito aquém do necessário para dar cumprimento à sua missão.

O cenário instalado de escassez de RH, implicará a manutenção dum significativo investimento, superiormente suportado, para o reforço dos postos de trabalho vagos e a ocupar, importando, preventivamente e considerando a distribuição etária observada na DGTF, acautelar ainda uma eventual compensação de fluxos de saída, que começam a perspetivar-se, sobretudo por motivo de aposentação, acionando-se para o efeito o recurso a instrumentos como a mobilidade e a cedência de interesse público mas, sobretudo, recrutando, por via de procedimentos concursais, por recrutamento centralizado e, se possível, procedimento concursal comum.

Concomitantemente, importará aumentar uma taxa de fixação laboral na organização, através de mecanismos de valorizações remuneratórias e de iniciativas que possam contribuir para o incremento motivacional dos/das profissionais, em particular, através de atividades formativas, promotoras de domínio técnico e competências específicas nos nossos RH, alinhadas com o elevado nível de exigência e complexo nível de tecnicidade das matérias subjacentes às atribuições que a esta Direção-Geral estão cometidas.

PAINEL DE BORDO

Efetivos (%)	2019	2020	2021
Taxa de Enquadramento	16,26%	16,39%	14,75%
Taxa de enquadramento feminino	12,20%	12,30%	11,48%
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato	73,17%	71,31%	75,41%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	56,10%	54,10%	59,84%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato)	80,49%	80,33%	82,79%
Taxa de Informática	3,25%	4,92%	4,92%
Estrutura habilitacional (%)	2019	2020	2021
Peso dos efetivos com habilitação inferior ao 9.º ano	3,25%	2,46%	2,46%
Peso dos efetivos com 9.º ano ou equivalente	2,44%	2,46%	2,46%
Peso dos efetivos habilitado com o 11.º, 12.º ano ou equivalente	21,14%	23,77%	19,67%
Peso dos efetivos com bacharelato	0,81%	0,82%	0,82%
Peso dos efetivos com licenciatura	57,72%	55,74%	60,66%
Peso dos efetivos com mestrado	14,63%	14,75%	13,93%
Estrutura etária	2019	2020	2021
Nível etário médio (em anos)	52,54	53,17	53,01
Peso dos efetivos dos 25 aos 29 anos (%)	3,25%	2,46%	4,10%
Peso dos efetivos dos 30 aos 34 anos (%)	2,44%	1,64%	0,82%
Peso dos efetivos dos 35 aos 39 anos (%)	4,88%	5,74%	6,56%
Peso dos efetivos dos 40 aos 44 anos (%)	6,5%	6,56%	7,38%
Peso dos efetivos dos 45 aos 49 anos (%)	14,63%	13,11%	10,66%
Peso dos efetivos dos 50 aos 54 anos (%)	21,95%	20,49%	20,49%
Peso dos efetivos dos 55 aos 59 anos (%)	20,33%	19,67%	17,21%
Peso dos efetivos dos 60 aos 64 anos (%)	21,95%	24,59%	23,77%
Peso dos efetivos dos 65 aos 69 anos (%)	4,07%	5,74%	9,02%
Estrutura de antiguidades	2019	2020	2021
Nível médio de antiguidade (em anos de serviço na administração pública)	25,54	26,06	25,58
Peso dos efetivos até 5 anos de antiguidade (%)	10,57%	9,02%	11,48%
Peso dos efetivos com 5 a 14 anos de antiguidade (%)	6,50%	5,74%	9,02%
Peso dos efetivos com 15 a 24 anos de antiguidade (%)	19,51%	21,31%	18,03%
Peso dos efetivos com 25 a 34 anos de antiguidade (%)	34,96%	29,51%	27,05%
Peso dos efetivos com 35 ou mais anos de antiguidade (%)	28,46%	34,43%	34,43%



SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO

Distribuição de Efetivos

Em 31 de dezembro de 2021 desempenhavam funções na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) 122 efetivos, com a distribuição evidenciada na seguinte tabela.

Tabela 1 - Distribuição de efetivos por grupo de pessoal e por género

Distribuição de efetivos por grupo de pessoal e por género	Valores Absolutos		
	Masculino	Feminino	Total
Dirigente Superior 1.º grau	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	1	1	2
Dirigente Intermédio 1.º grau	1	6	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	2	6	8
Técnico Superior ¹	31	55	86
Assistente Técnico ²	1	8	9
Assistente Operacional	2	1	3
Pessoal Informático ³	5	1	6
TOTAIS	43	79	122

O grupo profissional mais representado na DGTF é o de “Técnico Superior” que englobará de forma constante ao longo deste documento 10 Técnicos Superiores e 76 Técnicos Superiores Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças, contabilizando assim, um total de 86 efetivos. Este grupo assume um peso de 70,49% no número total de trabalhadores/as desta Direção-Geral.

Segue-se o grupo profissional “Dirigente”, que totaliza 18 efetivos⁴, com uma taxa de enquadramento⁵ de 14,75%, sucedendo-se o grupo profissional “Assistente Técnico” com uma representatividade na ordem dos 7,38%, sobre o total dos efetivos.

¹ O Grupo Profissional “Técnico Superior” inclui, de forma constante 10 Técnicos Superiores e 76 Técnicos Superiores Especialistas em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças;

² O Grupo Profissional “Assistente Técnico” inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, uma Coordenadora Técnica;

³ O Grupo Profissional “Pessoal de Informática” inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, 5 Especialistas de Informática e 1 Técnico de Informática.

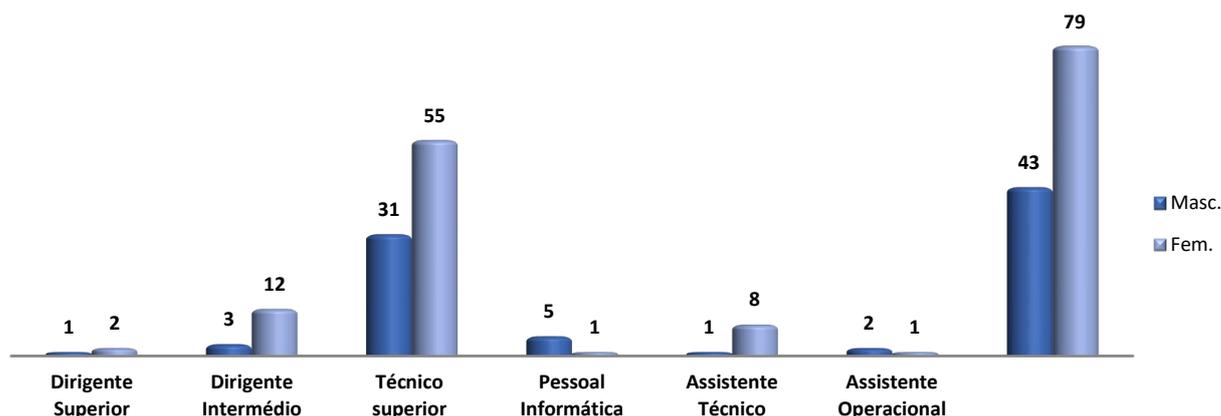
⁴ O n.º total de dirigentes inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, 3 cargos de direção superior e 15 cargos de direção intermédia.

⁵ Taxa de Enquadramento = (n.º pessoal dirigente / n.º total efetivos) * 100

Os grupos profissionais com menor representação são o “Pessoal Informático” e “Assistentes Operacionais” respetivamente com 6 e 3 efetivos.

O n.º efetivo de trabalhadores do género feminino nos grupos profissionais é maioritariamente superior ao n.º de efetivo de trabalhadores do género masculino, com exceção dos grupos “Pessoal Informático” e “Assistente Operacional” onde esta situação se inverte.

Gráfico 1 – Distribuição de efetivos por grupo profissional, segundo o género



Nos últimos três anos observa-se uma tendência para a estabilização do número de efetivos registados a 31 de dezembro dos anos 2019, 2020 e 2021, conforme, ilustrado na tabela infra:

Tabela 2 - Evolução de efetivos por grupo de pessoal (2019 a 2021)

Grupo de pessoal	2019	2020	2021
Dirigente Superior 1.º grau	1	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	2	2	2
Dirigente Intermédio 1.º grau	8	8	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	9	9	8
Técnico Superior	86	82	86
Assistente Técnico	9	10	9
Assistente Operacional	4	4	3
Pessoal Informático	4	6	6
TOTAIS	123	122	122

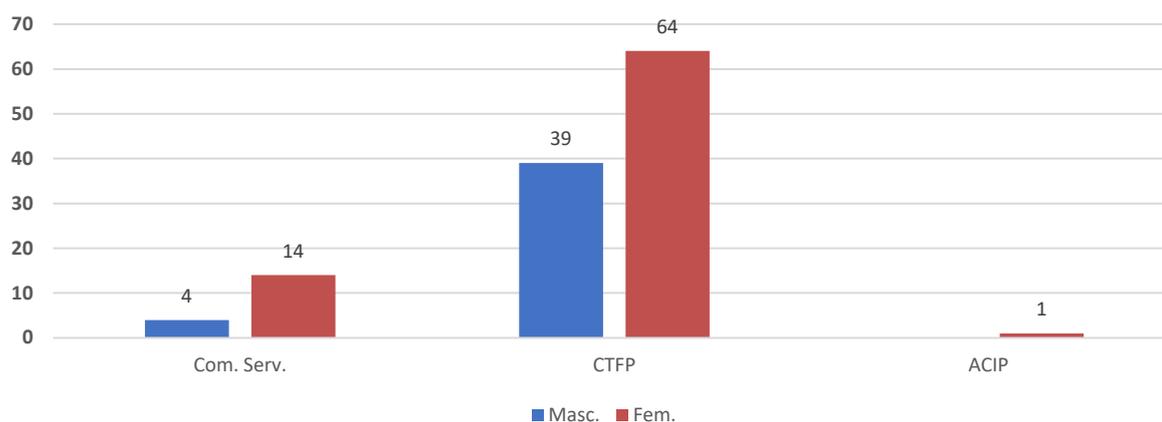
A nível percentual, estas flutuações correspondem a uma variação negativa de 0,81% entre 2019 e 2021 e a uma variação nula do ano de referência (2021) face ao ano anterior. Se compararmos o ano de 2019 diretamente com 2020, regista-se uma variação negativa de 0,81%.

CAPÍTULO I – RECURSOS HUMANOS

Caraterização de efetivos

A DGTF contava em 31 de dezembro de 2021, com um total de 122 trabalhadores/as, encontrando-se 18 em Comissão de Serviço, 103 em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado e 1 em Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP).

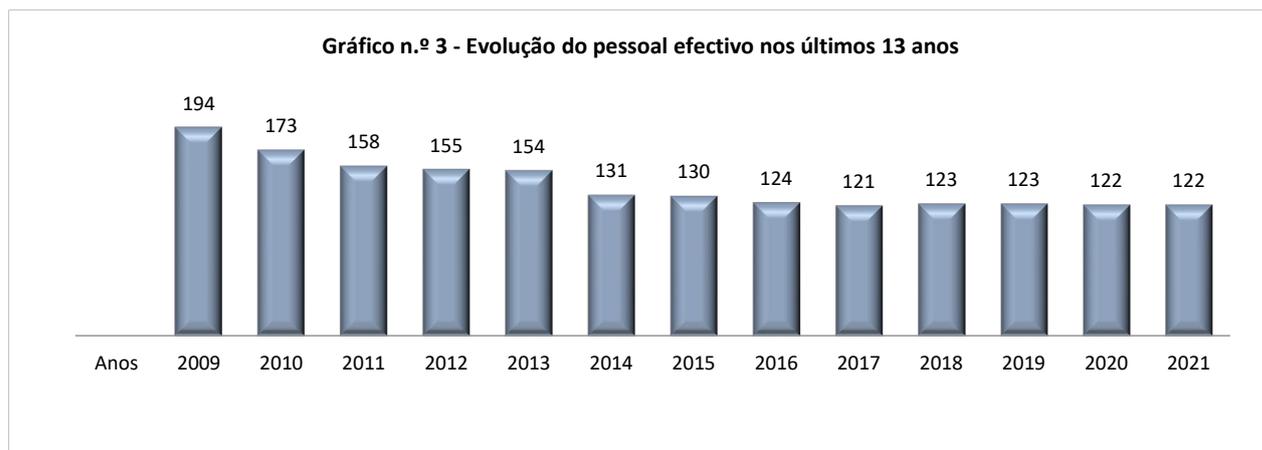
Gráfico n.º 2 - Trabalhadores/as segundo modalidade do vínculo



Em comparação com o ano anterior, em 31 de dezembro de 2021, o número de pessoal efetivo não sofreu variação.

No gráfico n.º 3 onde é apresentada a variação do n.º de trabalhadores/as nos últimos 12 anos e à data de 31 de dezembro, constata-se um decréscimo constante do número de efetivos desde 2009 até 2017, registando-se naquele período uma diminuição de 37,63% dos efetivos (de 194 para 121).

Contudo, a partir de 2018 a variação tem sido pouco significativa, podendo considerar-se que o n.º de efetivos estabilizou nos 122 profissionais, verificando-se que a tendência de descida do número de efetivos está bem definida no referido gráfico, apesar de, em 2021, a DGTF ter admitido trabalhadores através de mobilidades e recrutamento centralizado.



Pessoal Segundo Cargo/Carreira

A 31 de dezembro de 2021, encontram-se providos 18 cargos dirigentes, sendo 3 de direção superior de 1.º e 2.º graus, 7 de direção intermédia de 1.º grau e 8 de direção intermédia de 2.º grau. Tendo em conta o total de trabalhadores, naquela data, esta ocupação de cargos dirigentes corresponde a uma taxa de enquadramento de 14,75%.

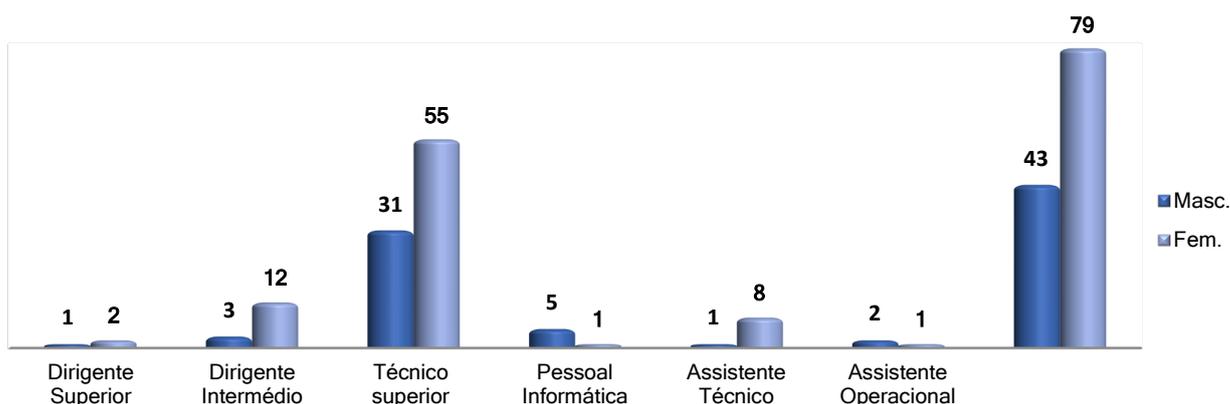
Os/as trabalhadores/as da DGTF são predominantemente da carreira Técnico Superior Especialista (76) e Técnicos Superiores (10), sendo, doravante, ambos os grupos profissionais denominados por “Técnicos Superiores”, de acordo com os mapas padronizados pela Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) e totalizando 86 efetivos/as, correspondente a 70,49% dos recursos humanos.

Já o pessoal assistente técnico, com um total de 9 elementos, corresponde a 7,38% do total de efetivos.

Os/as trabalhadores/as das carreiras de informática e assistentes operacionais são em número substancialmente inferior, respetivamente com 6 efetivos, correspondente a 4,92% e 3 efetivos, correspondente a 2,46% do universo de recursos humanos.

A distribuição do pessoal por grupo/cargo/carreira e género é a constante do gráfico n.º 4, que segue:

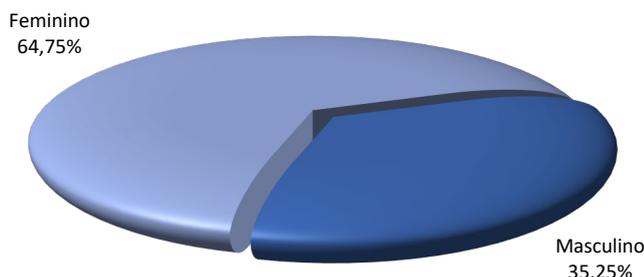
Gráfico n.º 4 – Efetivos por Grupo Profissional e Género



Trabalhadores/as Segundo o Género

Do total de 122 colaboradores/as da DGTF, 79 são do sexo feminino e 43 do sexo masculino. A estes valores corresponde uma taxa de feminização de 64,75%, verificando-se assim, um decréscimo com referência a 2019.

Gráfico 5 - Percentagem de efectivos por Género



Esta acentuada diferença de efetivos quanto ao género verifica-se nos grupos dirigentes intermédios de 1.º grau, 2.º grau, técnicos superiores e assistentes técnicos.

Tabela 3 - Taxa de feminização

Taxa de feminização =	Indicador	2019	2020	2021
	<u>Efetivos do género feminino</u>		67,48%	64,75%
	Total de efetivos			

A taxa de feminização é de 64,75%, verificando-se relativamente ao ano 2020 e 2021, uma variação nula e do ano 2021 ao ano 2019, um decréscimo de 2,33% resultante da distribuição de género associada quer às admissões ou saídas por mobilidade e aposentação.

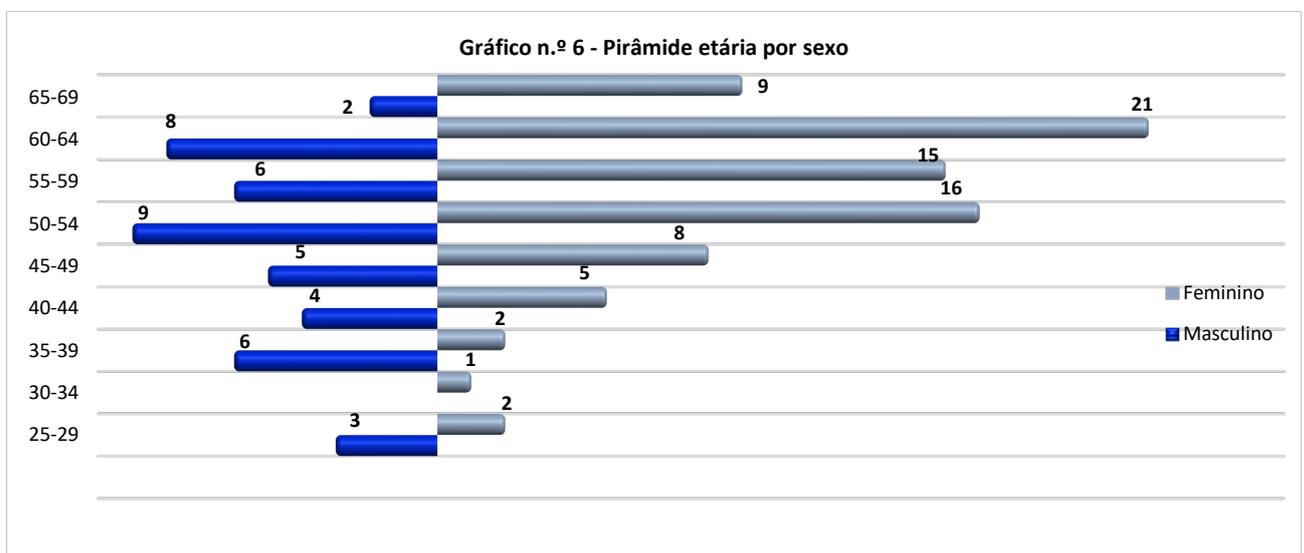
Estrutura Etária

A idade média dos trabalhadores da DGTF, no final de 2021, é de 53 anos.

Os escalões etários onde se registam o maior número de efetivos, são os escalões 60-64 e 50-54, respetivamente com 29 e 25 efetivos a que correspondem a uma percentagem de 23,77% e 20,49%, seguido do escalão 55-59 com 21 trabalhadores a que corresponde à percentagem de 17,21%. Por outro lado, não existem quaisquer trabalhadores/as nos dois escalões mais baixos, ou seja, com menos de 20 anos e dos 20 aos 24 anos.

Analisando a distribuição dos efetivos por escalões etário e género – cf. gráfico n.º 6 – verifica-se que o maior número de mulheres em funções na DGTF situa-se nas faixas 50-54 e 60-64, respetivamente de 16 e 21 efetivas. Já o maior número de homens posiciona-se nas faixas etárias dos 60-64 e 50-54, respetivamente com 8 e 9 efetivos. Verifica-se ainda que a idade média das trabalhadoras é superior – 54,80 anos – à dos trabalhadores – 49,70 anos.

Observa-se que o n.º de admissões/entradas de efetivos mais jovens do que a média de idades observada na DGTF é ainda em número manifestamente insuficiente para que possamos verificar uma inversão da tendência associada à taxa de envelhecimento ⁶ situada na ordem dos 50%, igual à taxa verificada em 2020.



O leque etário, i.e., a diferença entre a idade do indivíduo mais novo – 27 anos – e a do mais velho – 69 anos – é de 42 anos, verificando-se igual valor nos anos 2019 e 2020 e um acréscimo

⁶ A taxa de envelhecimento calcula-se com base nos efetivos com idades iguais ou superiores a 55 anos



no último ano (2021) por comparação aos anos de 2019 e 2020, cujo valor observado foi de 41 anos.

A média etária global observada, sofreu um decréscimo de 0,17 no ano em análise, conforme quadro infra.

Tabela 4 - Média etária global

	Indicador	2019	2020	2021
Média etária global =	<u>Soma das idades</u>	52,49	53,17	53,00
	Total de efetivos			

O decréscimo de 0,17 na idade média acima referida, deve-se ao facto de, em 2021, se ter verificado o regresso e admissão de trabalhadores/as nas faixas etárias compreendidas entre 25-29 (dois), 35-39 (dois), 40-44 (três), 45-49 (um), 50-54 (um), 60-64 (um).

Em 2021, verifica-se que o nível etário, em termos comparativos a 2020 sofreu um decréscimo de 0,17 e relativamente a 2019, um acréscimo de 0,51.

Estrutura de Antiguidades

A antiguidade⁷ dos trabalhadores e trabalhadoras em funções na DGTF apresenta uma média⁸, em 2021, de 25,58 anos, inferior à verificada em 2020 (26,06 anos), derivado a saídas nas classes mais altas de antiguidade:

- 2 saídas por aposentação na classe 40 ou mais anos de serviço;
- 2 saídas por designação (exercício de funções em gabinetes de ação governativa), na classe de 25-29 anos de serviço (1) e na classe 20-24 anos de serviço (1);
- 1 saída por motivos de fim de comissão de Serviço na classe 25-29 anos de serviço;
- 5 saídas por mobilidade, na classe 30-34 anos de serviço (1), classe 25-29 anos de serviço (1), 20-24 anos de serviço (3).

Verifica-se que as classes de antiguidade que concentram maior número de efetivos são de 25-29 e 35-39 anos de serviço, respetivamente com 27 (22,13%) e 29 profissionais (23,77%).

⁷ Antiguidade = número de anos de exercício de funções em organismo público;

⁸ Média de Antiguidade = soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos

Fazendo uma análise por género, verifica-se que é no escalão 25-29 anos de serviço que se situa a antiguidade do maior número de homens (13) e o das mulheres no escalão 35-39 anos de serviço com 20 trabalhadoras.

Através do gráfico n.º 7 constata-se que 39,34% das pessoas registam uma antiguidade igual ou superior a 30 anos e que apenas 16,39% regista uma antiguidade inferior a 10 anos de serviço.

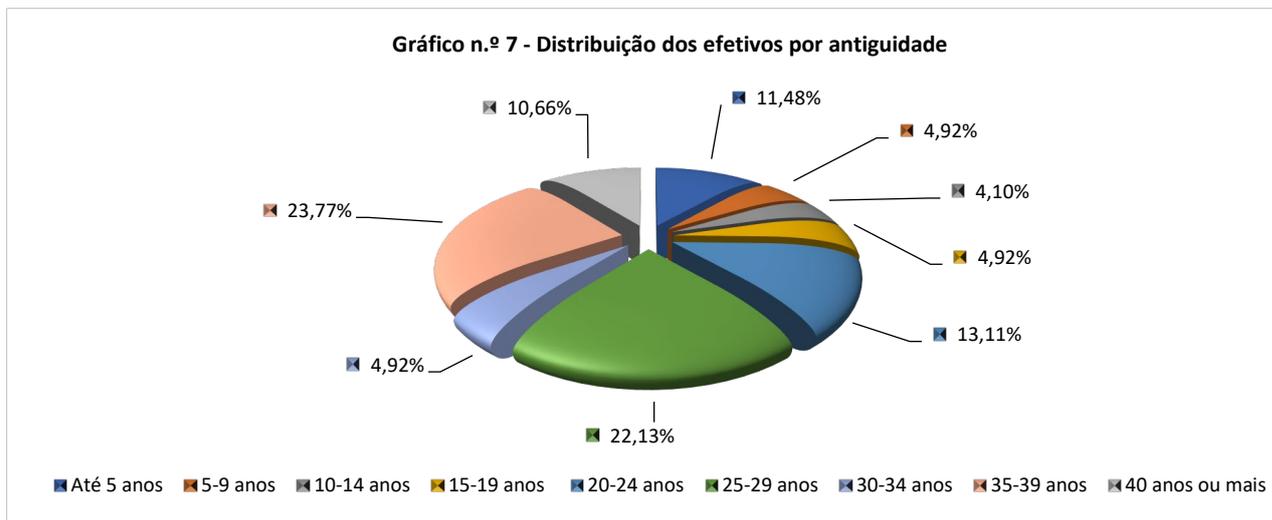


Tabela 5 - Evolução do nível médio de antiguidade

Evolução do nível médio de antiguidade		
2019	2020	2021
25,54	26,06	25,58

A diferença do nível médio de antiguidade existente entre 2021 e 2019 é traduzida por um acréscimo de 0,04, existindo também, um acréscimo de 0,52 em 2020 relativamente a 2019, e um decréscimo de 0,48 em 2021 face a 2020, motivadas maioritariamente por saídas por mobilidade, designação e aposentação.

Trabalhadores Portadores de Deficiência

Do cômputo de 122 efetivos/as, 9 são trabalhadores do género feminino com grau de deficiência declarada, sendo 8 da carreira técnica superior e 1 assistente técnica representando 7,38% do peso total de efetivos.

As trabalhadoras acima referidas, encontram-se no escalão etário 65-69 (uma), 60-64 (três), 55-59 (duas) e 50-54 (três).

Estrutura Habilitacional

O grupo habilitacional com maior representatividade (60,66%) é o de efetivos com licenciatura, sendo que 95,08% do pessoal tem habilitação igual ou superior ao 11.º ano.

À licenciatura, correspondente ao grau académico mais frequentemente observado, seguem-se com maiores percentagens observadas, os níveis habilitacionais correspondentes a 12 anos de escolaridade e mestrado, respetivamente, representados por 15,57% e 13,93%.

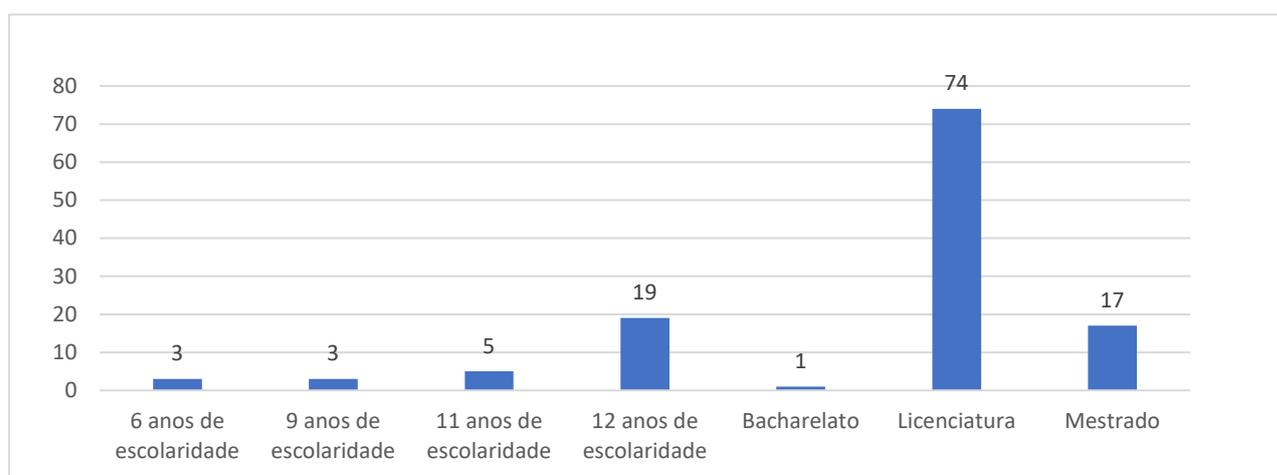
Os grupos habilitacionais com menor representatividade são os efetivos com 6 e 9 anos de escolaridade ambos com igual percentagem (2,46%), bacharelato (0,82%), e 11 anos de escolaridade, este representando 4,10% do total de efetivos.

Apresenta-se assim, a tabela ilustrativa da estrutura habilitacional para uma maior clareza:

Tabela 6 - Distribuição dos efetivos por nível habilitacional e por género

	Masculino	Feminino	Total	%
6 anos de escolaridade	1	2	3	2,46%
9 anos de escolaridade	1	2	3	2,46%
11 anos de escolaridade	1	4	5	4,10%
12 anos de escolaridade	5	14	19	15,57%
Bacharelato	0	1	1	0,82%
Licenciatura	29	45	74	60,66%
Mestrado	6	11	17	13,93%
Total	43	79	122	100%

Gráfico n.º 8 – N.º de efetivos por nível de Escolaridade

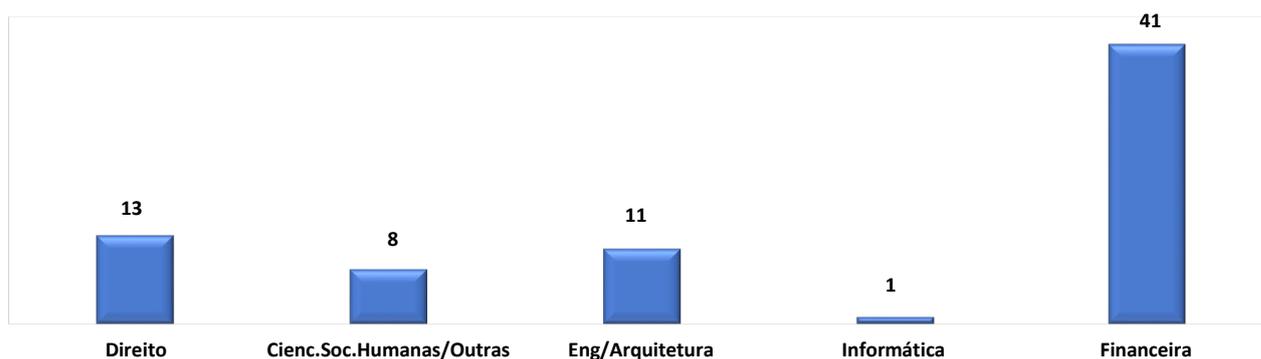


Através do gráfico n.º 8, verifica-se que:

- 74 trabalhadores/as detêm o grau de licenciatura, pertencentes aos seguintes grupos profissionais:
 - 15 do grupo profissional Dirigente;
 - 54 efetivos da carreira Técnico Superior;
 - 5 efetivos do grupo profissional Informático.
- 17 trabalhadores/as detêm o grau de mestrado, dos quais 3 do grupo profissional Dirigente e 14 do grupo profissional Técnico Superior.

Salienta que, em 2009, foram englobados no grupo profissional Técnicos Superiores efetivos/as pertencentes à extinta carreira de regime especial de Técnico de Fazenda do Tesouro, nos termos do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, motivo pelo qual 18 dos profissionais da carreira Técnica Superior, não possuem o grau habilitacional de licenciatura ou mestrado.

Gráfico n.º 9 – Áreas de Licenciatura detidas por Dirigentes e Técnicos Superiores



Através do gráfico n.º 9, observa-se uma grande concentração de pessoal com licenciatura nas áreas financeira, seguindo-se a área jurídica.

Em relação às áreas de mestrado detidas por Dirigentes e Técnicos Superiores, as mesmas encontram-se dispersas por diversas áreas jurídicas, financeiras, entre outras, conforme demonstrado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 10 -Áreas de Mestrado detidas por Dirigentes e Técnicos Superiores

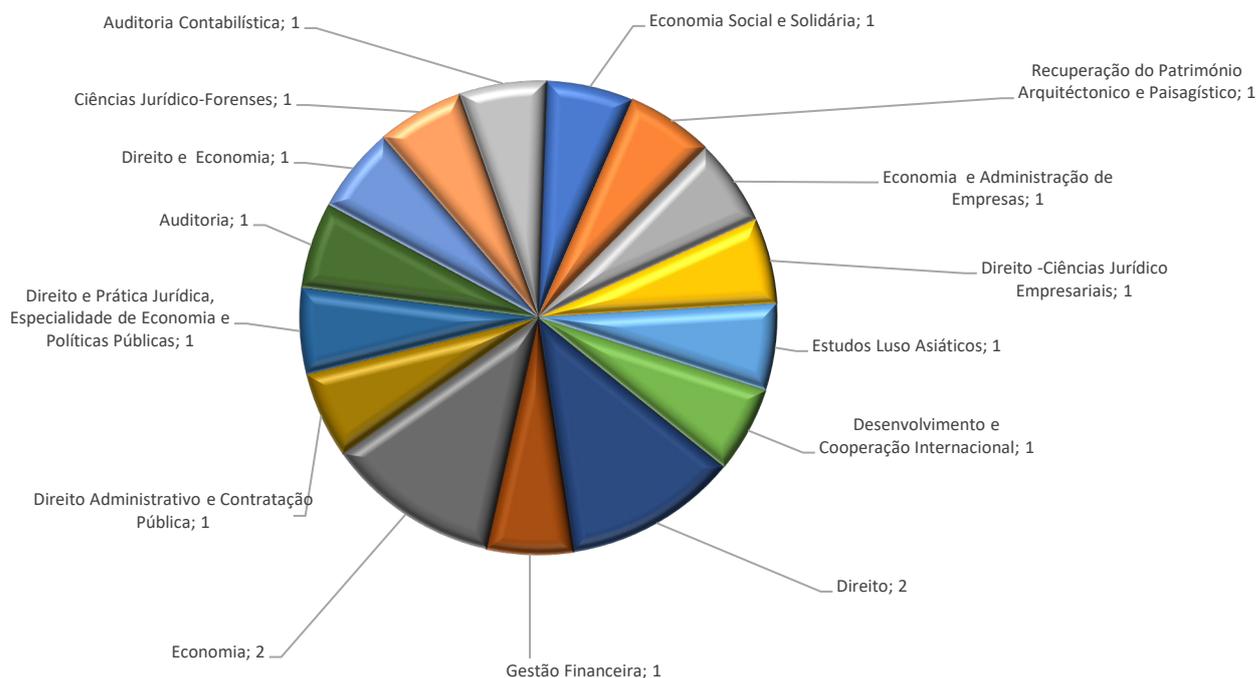


Tabela 7 - Evolução do índice de formação e taxa de tecnicidade

Indicadores de gestão	2019	2020	2021
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato [(mestrado + licenciatura + bacharelato ou curso médio) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	73,17%	71,31%	75,41%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito) [(pessoal técnico superior + pessoal especialista informática) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	56,10%	54,10%	59,84%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato) [(pessoal técnico superior + pessoal especialista informática + pessoal técnico informática + pessoal técnico) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	80,49%	80,33%	82,79%

Como se pode verificar no quadro acima, as taxas de tecnicidade no sentido lato e restrito aumentaram em comparação com o ano de 2021, bem como o índice de formação de grau igual ao superior ao bacharelato.



Movimentos de Pessoal

Entradas - Admissões e Regressos

No ano 2021, foram admitidos ou regressaram 17 trabalhadores/as, 7 pertencentes à carreira técnica superior ou técnico superior especialista, 1 pertencente à carreira informática, e 1 da carreira assistente técnica e 1 da carreira assistente operacional pelos seguintes motivos:

- 3 admissões de técnicas/o superior por procedimento de recrutamento centralizado;
- 3 admissões de técnicos superiores em mobilidade;
- 1 regresso de técnica superior licença sem vencimento;
- 1 admissão de assistente técnico em mobilidade intercarreiras;
- 1 admissão de assistente operacional em mobilidade;
- 2 admissões de especialistas de informática em mobilidade.

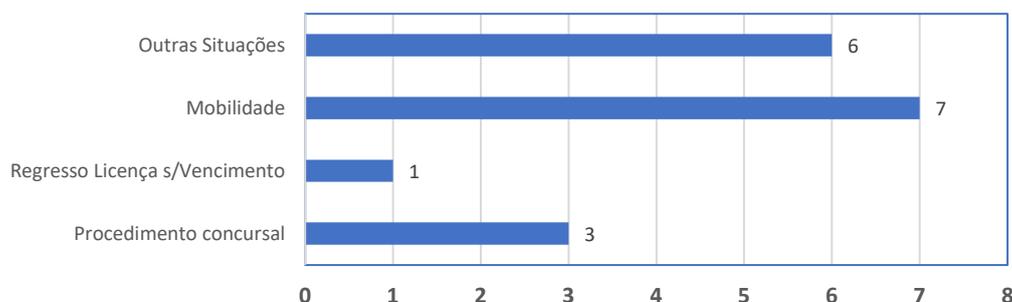
Verificaram-se ainda movimentos de admissão por “Outras Situações”:

- 1 regresso de técnico superior especialista em ACIP;
- 1 regresso de técnica superior especialista que se encontrava de licença de parentalidade;
- 1 regresso de técnica superior que se encontrava de licença de parentalidade;
- 2 regressos de técnicas superiores especialistas por motivos de baixa médica com duração superior a 6 meses;
- 1 regresso de assistente operacional por motivos de baixa médica com duração superior a 6 meses.

Em 2021, a taxa de admissão situou-se em 13,93%:

Taxa de Admissão: $\frac{17}{122} = 13,93\%$

Gráfico n.º 11 - Admissões e regressos



Saídas

Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço

Em 2021, registaram-se saídas de 2 dirigentes na DGTF, sendo 1 Dirigente Intermédio de 1.º Grau e outro Dirigente Intermédio de 2.º Grau.

Saída de Trabalhadores Contratados

Durante o ano de 2021 registaram-se 15 saídas de trabalhadores em contrato de trabalho em funções públicas.

Os motivos das saídas por grupo profissional são os seguintes:

- 2 técnicos/as superiores especialistas por aposentação;
- 1 técnica superior especialista por denúncia de CTFP por iniciativa da trabalhadora;
- 1 técnica superior do mapa da DGTF por mobilidade;
- 1 técnica especialista de informática do mapa da DGTF por mobilidade;
- 1 técnico de informática do mapa da DGTF por mobilidade;
- 1 assistente técnica do mapa da DGTF por mobilidade;
- 1 assistente técnica por cessação antecipada da mobilidade em curso com regresso ao organismo de origem;
- 1 saída de assistente operacional em mobilidade intercarreiras na categoria de assistente técnico na DGTF.

Verificaram-se outros movimentos de saída por “Outras Situações”:

- 2 técnicas superiores especialista por motivos de baixa médica com duração superior a 6 meses;
- 1 assistente operacional por motivos de baixa médica com duração superior a 6 meses;
- 1 técnico superior especialista em designação em outro organismo;
- 1 técnico superior especialista em Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP);
- 1 assistente operacional em designação em outro organismo.

Taxa de saída: $\frac{17}{122} = 13,93\%$

Gráfico n.º 12 – Motivo de saídas

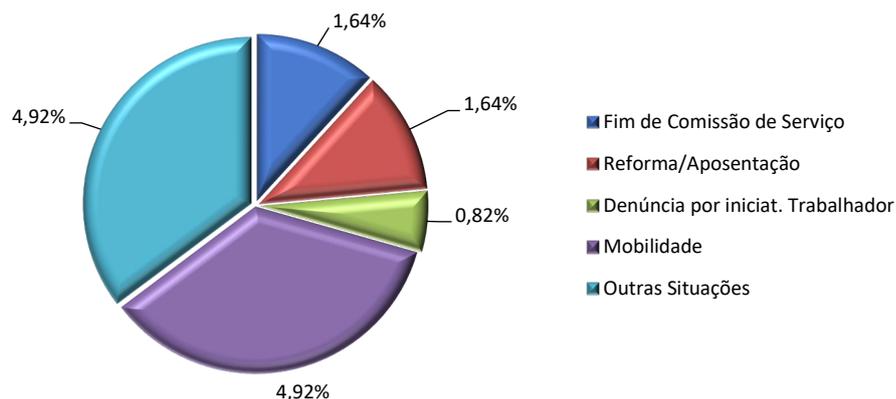


Tabela 8 - Evolução das admissões e regressos/saídas entre 2019 e 2021

	2019	2020	2021
Admissões / regressos	19	11	17
Saídas	19	12	17
Saldo	0	-1	0

O indicador “*Turn Over*”⁹ exprime o número de rotação de efetivos/as que entraram e saíram da organização.

Em 2021, na Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o referido indicador situou-se em 13,93%, com um decréscimo de 1,52% em relação a 2019 e um acréscimo de 4,5% em relação a 2020, facto que deriva do número de profissionais admitidos e regressados e o número de profissionais saídos ser superior em 2021 relativamente a 2020.

Em 2021 a taxa de aposentações foi de 1,64%, sendo dois o número de pessoal aposentado (“**Reforma/Aposentação**”: 2 técnico/a superior especialista).

⁹ *Turn Over* = [(N.º Admissões + N.º Saídas) : 2] / Efetivo global x100



Tabela 9 - Indicadores de movimentos de pessoal

Indicadores de gestão	2019	2020	2021
Índice de Rotação de Efetivos (total de efetivos a 31 Dez/ total de efetivos a 1 Jan. + n.º de admissões e regressos + n.º de saídas)	0,764	0,836	0,782
Taxa de Admissões e Regressos (total N.º de admissões e regressos / total de efetivos a 31 Dez) x 100	15,45%	9,02%	13,93%
Taxa de Saída (N.º de saídas /total de efetivos a 31 Dez) x 100	15,45%	9,84%	13,93%
Taxa de Redimensionamento (total de efetivos a 31 Dez. - total de efetivos a 1 Jan. / total de efetivos a 31 Dez. x 100)	0%	-0,82%	0%
Taxa de Reposição (N.º de admissões e regressos / n.º de saídas) x 100	100 %	91,67%	100%

Postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano

Em 31.12.2021, ficaram por ocupar 32 postos de trabalho da carreira de Técnico Superior.

Mudança de situação de efetivos segundo o género e o grupo profissional

Em 2021, verificaram-se 36 mudanças de situação discriminadas pelo seguinte modo:

- Alteração obrigatória de posicionamento remuneratório:
 - 27 alterações na carreira Técnica Superior Especialista;
 - 2 alterações na carreira de Assistente Técnico;
 - 3 alterações no pessoal de Informática.
- Consolidação da mobilidade na categoria:
 - 4 consolidações da mobilidade na categoria, sendo 3 na carreira Técnica Superior Especialista e 1 na carreira Técnica Superior.

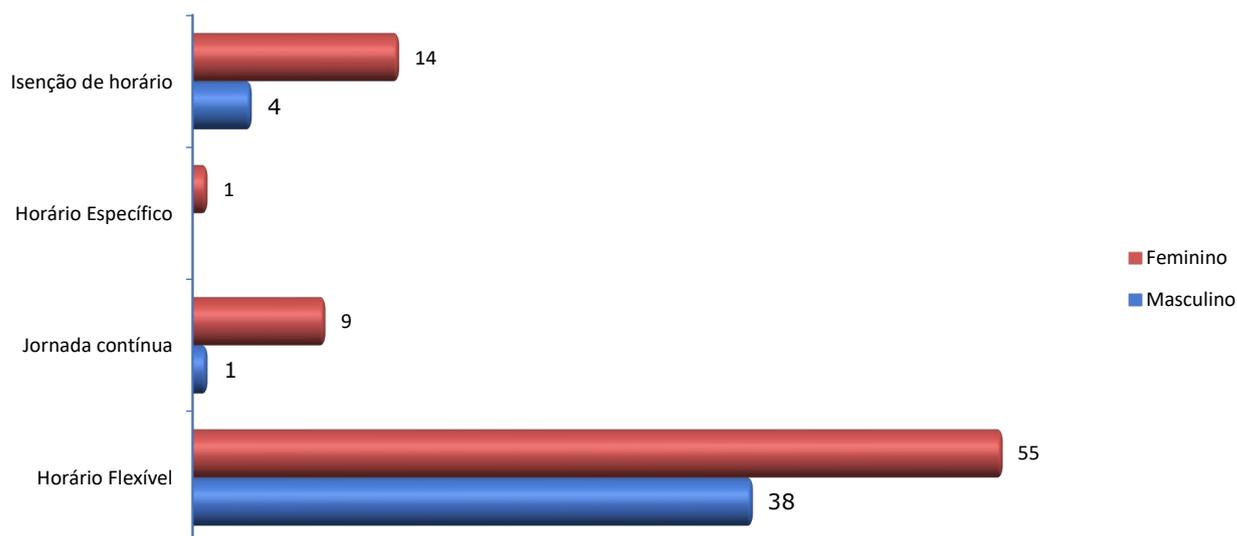
Modalidades de Horário

O horário de trabalho tipo praticado na DGTF é o horário flexível, com plataformas fixas das 10:00 horas às 12:00 horas e das 14:30 horas às 16:30 horas, sendo que praticam este tipo de horário 93 efetivos/as, ou seja 76,23%.

São ainda praticadas as seguintes modalidades de horário:

- Isenção de horário por 18 dirigentes, correspondentes a 14,75%;
- Jornada contínua por 10 trabalhador/as, ou seja 8,20%;
- Horário específico, ou seja, em tempo parcial, por 1 trabalhadora, correspondente a 0,82%.

Gráfico n.º 13 – N.º de trabalhadores por Modalidade de Horário e Género



PNT – Período Normal de Trabalho

O período normal de trabalho (PNT) praticado na DGTF é o de 35 horas semanais, sendo praticado por 111 efetivos/as desta Direção-Geral, o que corresponde a 90,98%.

Existe ainda um período de 30 horas semanais, praticados por 10 efetivo/as (8 técnico/as superiores e 2 assistentes técnicas) com a modalidade de horário de jornada contínua, ou seja, correspondente a 8,20% dos efetivos/as, e um período de 17:30 horas praticado por uma trabalhadora da carreira técnica superior, correspondente a 0,82%.

Gráfico n.º 14 - % de Efetivos por Período Normal de Trabalho



Trabalho extraordinário diurno, noturno e em dias de descanso complementar e feriados

Na DGTF, o trabalho suplementar foi desenvolvido por um trabalhador da carreira de assistente operacional, cuja permanência ao serviço para além do horário de trabalho é indispensável.

Ao longo do ano foi prestado um total de 767:09 horas de trabalho suplementar, executadas em dia normal de trabalho e no período diurno. Este valor corresponde a um decréscimo de 114:25 horas, relativamente ao ano de 2020.

Ausências

O número total de ausências ao trabalho, contabilizado no ano 2021, foi de 2.146,5 dias.

O maior volume diz respeito a ausências por “por conta do período de férias”, num total de 895,5 dias, o que representa 41,72% do total de ausências, motivadas pela pandemia e consequentes períodos de confinamento em 2020, o que impediu o gozo de férias nestes períodos. Os restantes motivos, respetivos dias de ausência e peso percentual são os seguintes:

- Doença – 670 dias (31,21%);
- Proteção na Parentalidade – 168 dias (7,83%);
- Por acidente em serviço – 253 dias (11,79%);
- Falecimento de familiar – 22 dias (1,02%);
- Assistência a familiar – 4 dias (0,19%);
- Casamento – 21 dias (0,98%);
- Outros – 113 dias (5,26%).

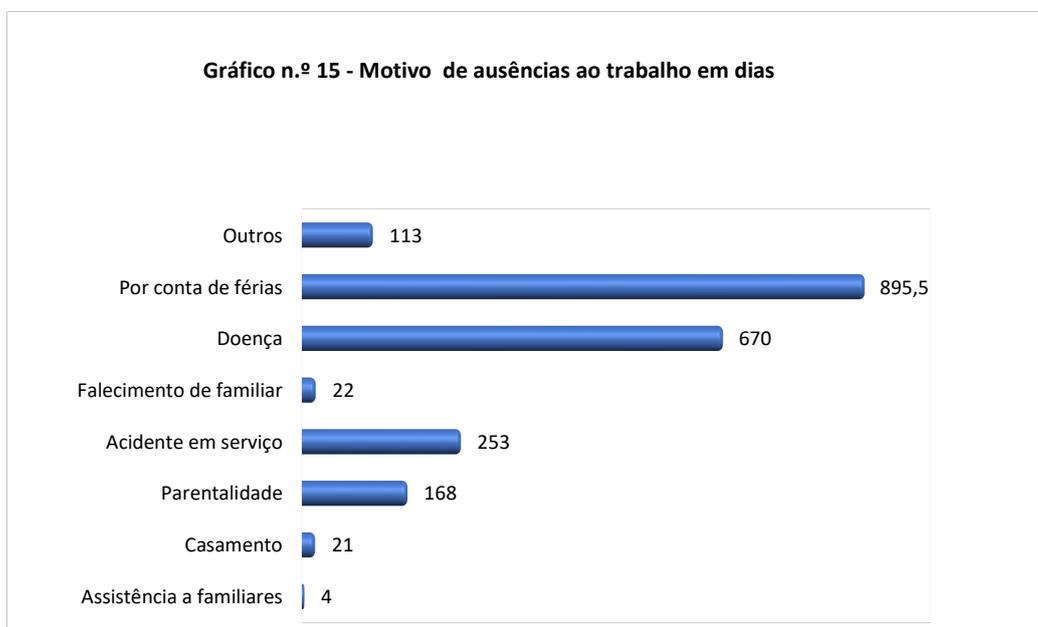


Relativamente ao ano anterior registou-se um decréscimo de 24,72% no total do número de dias de ausências por motivo por doença.

As ausências por motivos de Parentalidade em 2021 relativamente ao ano 2020 registaram um decréscimo de 10,16%.

Absentismo

A taxa de absentismo em 2021¹⁰ situou-se em 7,01%, o que representa um acréscimo de 1,87% relativamente ao ano 2020. O número médio de dias de absentismo em 2021¹¹ foi de 17,59 dias, traduzindo-se num acréscimo de 4,91 relativamente ao ano de 2020.



¹⁰ Taxa de absentismo = [(n.º de ausências para efeitos de absentismo) / (n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de dezembro)] * 100)

¹¹ Número médio de dias de absentismo = (n.º de ausências para efeitos de absentismo / n.º de efetivos a 31 de dezembro)

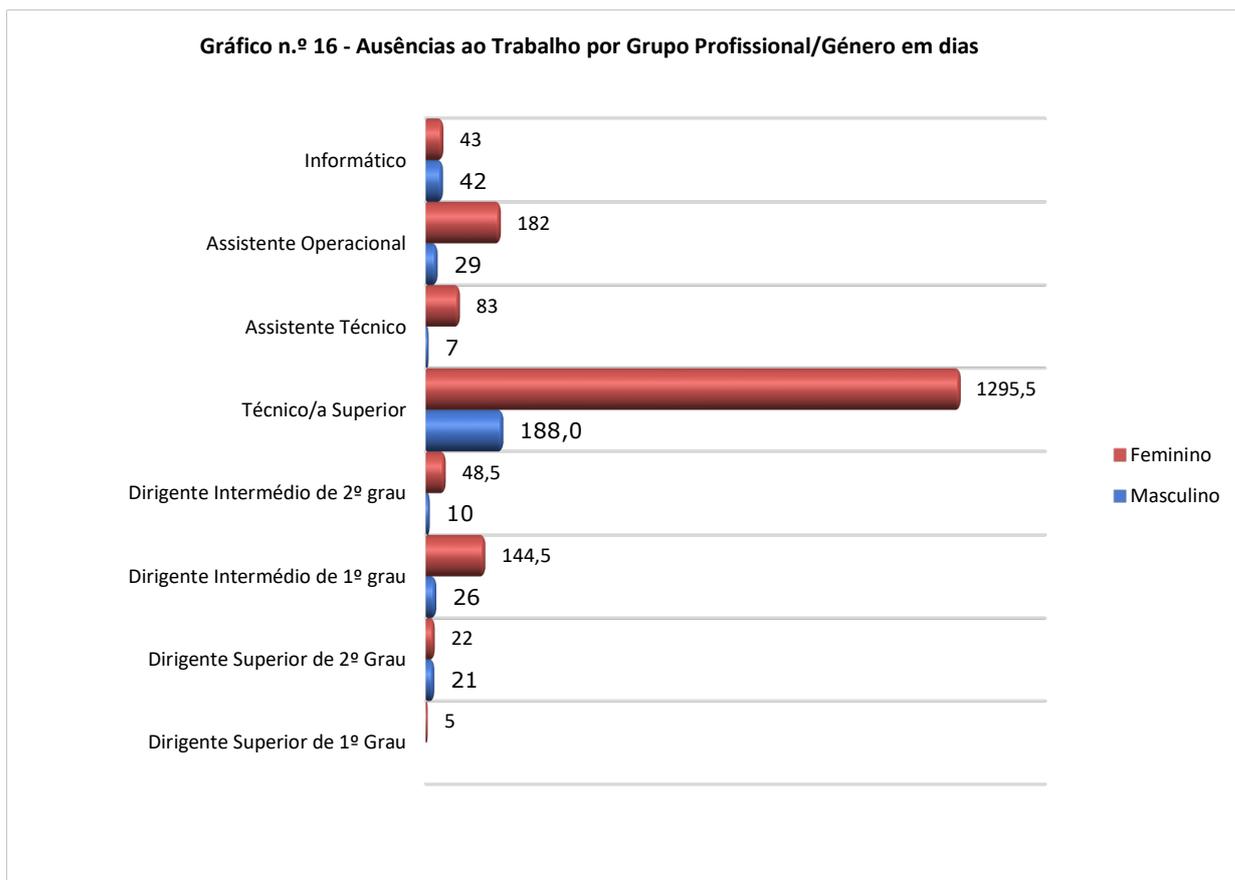


Tabela 10 - Indicadores de absentismo

Indicadores	2019	2020	2021
Taxa de absentismo [n.º de ausências para efeitos de absentismo / (n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de dezembro)] * 100	5,37%	5,14%	7,01%
N.º médio de dias de absentismo (n.º de ausências para efeitos de absentismo / (n.º de efetivos a 31 de dezembro))	13,58	12,68	17,59

Greves

Em 2021, não foram registadas ausências por motivos de greves.



CAPÍTULO II – RENUMERAÇÕES E ENCARGOS

Estrutura Remuneratória por Género

A análise da estrutura remuneratória por Género tem como período de referência o mês de dezembro de 2021 e as remunerações mensais base ilíquidas acrescidos dos suplementos regulares.

A estrutura remuneratória da DGTF desenvolve-se entre os escalões 501€ - 1.000€ e 4.501€ - 4.750€, embora haja um escalão em que não há qualquer trabalhador que aufera remuneração do mesmo, conforme referido infra.

A remuneração mensal mínima auferida nesta Direção-Geral é de 750,26€, que é auferida por recurso da carreira de assistente operacional do sexo masculino.

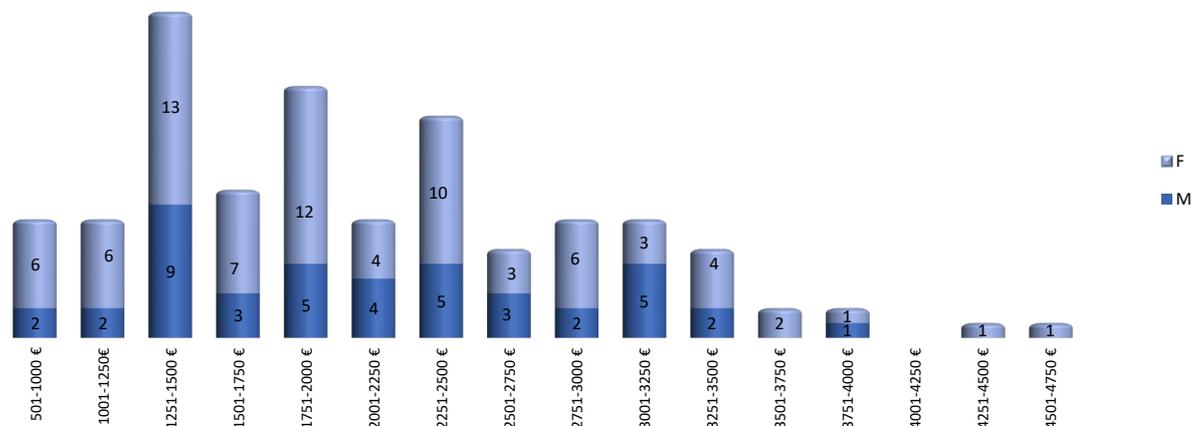
A remuneração mensal máxima é de 4.525,62€, remuneração auferida por recurso feminino, com cargo dirigente superior de 1.º grau.

A remuneração máxima auferidas por recurso masculino é de 3.769,03€ e a mínima auferida por recurso feminino é de 801,91€.

Os escalões remuneratórios com maior número de trabalhadores/as são os de 1.251€-1.500€; 1.751€-2.000€ e de 2.251€-2.500€, abrangendo respetivamente 22, 17 e 15 trabalhadores/as, correspondendo o primeiro escalão referenciado a uma taxa de 18,03%, o segundo escalão a uma taxa de 13,93% e o terceiro escalão a uma taxa de 12,30%. A distribuição por sexo dos trabalhadores que auferem por estes escalões é de 15,57% para o sexo masculino e 28,69% no respeitante ao sexo feminino.

De referir que nesta Direção-Geral, o escalão remuneratório 3.501€-3.750€ é auferido por 2 (duas) trabalhadoras, não constando nenhum efetivo no escalão 4.001€-4.250€ e o escalão de 4.251€-4.500€ é auferido por 1 trabalhadora.

Gráfico n.º 17 - Estrutura remuneratória, por escalões e por género.



Encargos com Pessoal

Os encargos com pessoal em 2021 assumem o montante total de 4.672.507,94€, sendo distribuídos do seguinte modo e nas seguintes percentagens:

- Remuneração Base - 3.518.399,21€, correspondente a 75,30%;
- Suplementos Remuneratórios – 83.449,52€, correspondente a 1,79%;
- Prestações Sociais (encargos da entidade empregadora pública associados a prestações sociais, sendo que, em 2021, foram englobados nesta rúbrica o montante de 45.545,61€ pagos a trabalhadores/as em períodos de ausência por doença e acidentes de trabalho, bem como o montante 5.971,70€ relativo a complementos de pensões devidas por esta Direção-Geral a aposentados ou na situação de reforma nos termos do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio) – 188.816,10€, representando 4,04%;
- Outros Encargos com Pessoal (nomeadamente, indemnizações por férias não gozadas, encargos da entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e a Segurança Social e abonos pagos a profissionais a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga por entidade competente) – 881.843,11€, representando 18,87%.

O número de horas prestadas em trabalho extraordinário diminuiu em relação ao ano anterior, tendo sido pago um total de 4.330,06€, respeitante a trabalho extraordinário diurno.



O leque salarial ilíquido¹², que consiste na relação entre o vencimento ilíquido mais alto e o mais baixo é de 6,03, verificando-se um decréscimo de 0,47 em relação ao último ano.

Tabela 11 - Indicadores de remunerações

Indicadores de gestão	2019	2020	2021
% Remuneração Base face aos Encargos com Pessoal (total de remunerações base / encargos com pessoal x 100)	73,99%	74,11%	75,30%
Média da Remuneração Base Anual (total de remunerações base / Média do n.º de efetivos x 100)	27.500,46€	28.091,35€	28.839,34€
% Custo Trabalho Suplementar face aos encargos com Pessoal (custo com trabalho suplementar + custo com trabalho normal noturno + custo com trabalho em Dia de Descanso Semanal, Complementar e Feriados / encargos com pessoal x 100)	0,14%	0,14%	0,09%
Custo Médio Anual por Trabalhador (encargos com pessoal / Média do n.º de efetivos)	37.169,74 €	37.907,21 €	38.299,25 €

¹² Leque salarial ilíquido = (4.525,62€/750,26€)



CAPÍTULO III – HIGIENE E SEGURANÇA

Durante o ano de 2021, verificou-se ainda a transição de uma situação de acidente ocorrido em ano anterior no local de trabalho com 253 dias de baixa médica.

CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano de 2021, realizaram-se 40 ações de formação externas, que totalizaram 726 horas.

Participação em Ações de Formação

Durante o ano de 2021, registaram-se 58 participações em ações de formação externa.

Verifica-se que o número de participantes na frequência das ações foi de 33 trabalhadores/as, distribuídos pelos vários grupos profissionais/cargos, com exceção do grupo de assistente operacional, sendo que 18,03% são do grupo profissional da carreira técnica superior (22 participantes), em linha com o verificado em anos anteriores, 0,82% em cada um dos grupos profissionais de Dirigente Superior 1.º Grau, Dirigente Superior do 2.º Grau e Informático com 1 participante em cada um dos grupos, 1,64% dos grupos Dirigente Intermédio de 1.º Grau e Assistente Técnico ambos com 2 participantes e o grupo Dirigente Intermédio de 2.º grau com 4 participantes, correspondente a 3,28%.

O gráfico n.º 18 espelha o número de participações num total de 58 em ações profissionais externas e distribuídas por grupo profissional:

Gráfico n.º 18 - Participações em ações de Formação por grupo profissional

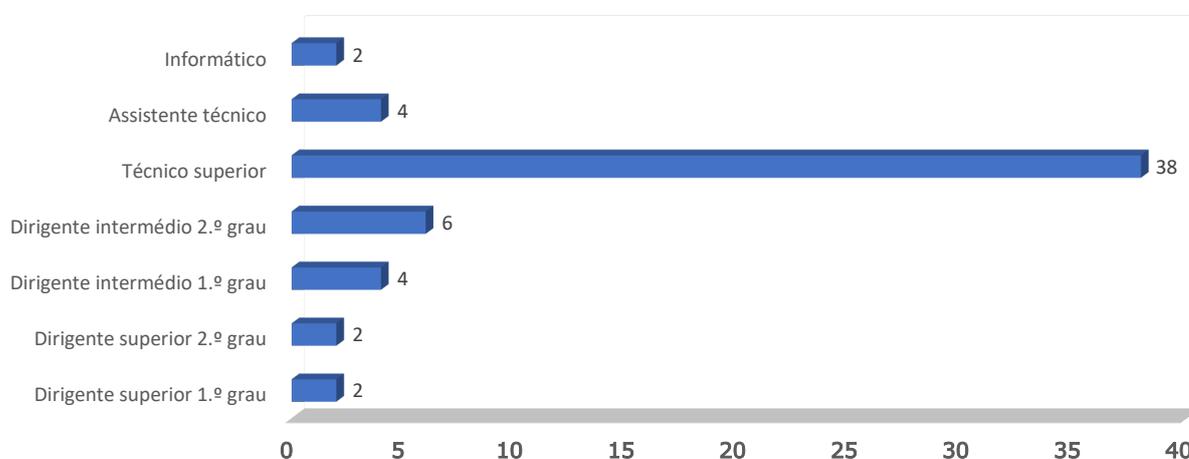
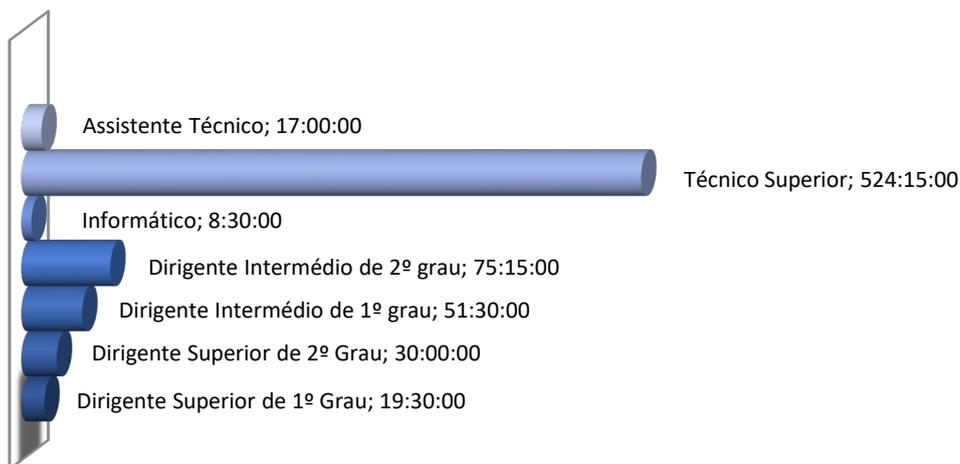


Gráfico n.º 19 – Níveis de qualificação/horas de formação



Despesas anuais com Formação

Tabela 12 - Despesas anuais com Formação

Formação Profissional	Valor (€)
Despesas	7.756,00 €
Total	7.756,00 €

O custo de 7.756,00€ figurado no Quadro acima foi o montante pago às entidades formativas em 2021, conforme Balancete de Execução Orçamental Orçamental a 31.12.2020, remetido pela Secretária-Geral do Ministério das Finanças (SGMF).

Tabela 13 - Participação em ações de formação

Indicadores	2019	2020	2021
Taxa de participação em ações de formação (N.º de participantes/ média do n.º de efetivos x100)	49,59%	58,78%	47,54%
Taxa de participação em ações de formação interna (N.º de participantes em ações internas/ média do n.º de efetivos x100)	-	-	-
Taxa de participação em ações de formação externa (N.º de participantes em ações externas/ média do n.º de efetivos x100)	49,59%	58,78%	47,54%
% Custos com formação face aos Encargos com Pessoal (total de custos com formação profissional / n.º de horas trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de Dez. x 100)	6,20%	4,29%	3,62%

Face à situação acima descrita, o indicador “% Custos com formação face aos Encargos com Pessoal” sofreu um decréscimo de 0,67% relativamente ao ano 2020.



CAPÍTULO V – RELAÇÕES PROFISSIONAIS

A 31 de dezembro de 2021, na DGTF, existia 2 trabalhadores sindicalizados o que corresponde a uma taxa de sindicalização igual a 1,64%, conforme quadro abaixo:

Tabela 14 - Relações Profissionais

Relações Profissionais	Total
Trabalhadores sindicalizados	2
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalho	0

Por fim, refira-se que o perfil profissional desta Direção-Geral, é o retratado no quadro de seguida apresentado:

Tabela 15 - Perfil tipo do/da profissional da DGTF

Género	Carreira	Habilitação	Média Idade	Média Antiguidade	Relação Jurídica de emprego	Regime de horário trabalho
Feminino	Técnica Superior/Técnica Superior Especialista	Licenciatura	53	25,58	Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado	Flexível